

# BOLETIM DE TRABALHOS HISTÓRICOS

DIRECTOR: MANUEL ALVES DE OLIVEIRA

PUBLICAÇÃO DO

ARQUIVO MUNICIPAL ALFREDO PIMENTA

VOL. XXXI

1980

## CAMÕES,

### a Língua portuguesa e a Gramática

#### 1 — Camões e a Língua Portuguesa

Antes de Camões a língua portuguesa gaguejava. Depois dele — e sobretudo em certos sonetos de seu punho, em determinadas estâncias da sua epopeia, nalgumas das canções que nos deixou — a língua vernácula ganhou estrutura lógica, musicalidade, graça, credenciais para o futuro. Ainda hoje, decorridos quatro séculos, não estamos muito longe de falar e escrever como Camões o fazia. Com a linguagem camoniana, abre-se um novo ciclo estético para o português. Houve, de certo, de então para cá, evolução. Estranho seria que a não houvesse. Mas, na história da nossa língua, o português camoniano é marco miliário, constitui passo decisivo no sentido da clareza e da eufonia.

Há composições líricas e estâncias camonianas que têm frescura, ainda agora, passados quatro séculos sobre elas. Não há aí uma palavra mal-soante, um arcaísmo a pedir glossário erudito, uma estrutura que se podssa dizer desactualizada, um epíteto que perdesse cunho, para circular à hora presente, no falar pedestre.

Nem tudo assim é. Certamente que não. Assim, por exemplo, o ouvido da época camoniana parece não ter sido sensível a cacofonias, que, hoje, constituem nódoas no texto dos *Lusíadas* e até

na *Lírica*. Olhada, porém, em conjunto, a Obra literária de Camões, temos de concluir que, com ela, o português ganhou, a sua carta de alforria. A vernaculidade ganhou, então, as suas esporas de ouro.

O desejo expresso por António Ferreira:

*Floresça, fale, cante, ouça-se e viva / A portuguesa língua  
e já onde for / Senhora vá de si, soberba e altiva,*

tem plena realização, em Camões.

Tinha razão Ferreira, ao afirmar que se, até ali, a língua portuguesa «esteve baixa e sem louvor», a culpa se devia atribuir aos que mal a exercitavam, no exercício dela pondo «esquecimento» e «desamor».

Não foi esse o caso de Camões, que, embora também poetando em castelhano — o bilinguismo peninsular era então corrente, a bem dizer —, se esmerou na língua vernácula.

O português de Ferreira e o de Camões ressentem-se do latim <sup>(1)</sup>. Não houve nisso mal nenhum, porque, mercê dessa influência, a língua nacional ganhou, de uma só vez, aprumo, música e variedade. Camões excedeu Ferreira na música do verso. Justifica-se. É que, a diferença que vai do segundo para o primeiro é a que vai do talento para o génio: o talento pouco mais faz do que imitar, ao passo que o génio (e é isso que está na sua etimologia) é essencialmente criador, muito pessoal, ou transfigurador das influências recebidas de fora.

Diz-se que Camões foi para a língua portuguesa o que Dante foi para a italiana. Mais devagar... Antes do autor da *Divina Comédia* já o italiano tinha as suas credenciais em Brunetto Latini, em Guido Cavalcanti, em Guido Guinizelli, dizem os historiadores da literatura italiana. Mas o mesmo se não pode garantir ao português anterior a Camões. Este é que, ressaltando o exagero da nossa parte, — teve quase que criar uma língua nova. Nova na sintaxe, no vocabulário, na musicalidade, no travejamento lógico. Sobretudo o português poético (ressaltado um Bernardim) é, essencialmente, uma criação camoniana. Para tanto, teve Camões de trazer ao português a flexibilidade, a harmonia, o inefável, a

---

(1) «...língua, na qual quando imagina, / Com pouca corrupção, crê que é a latina» (*Lus.*, I, 33).

suavidade, a comovida ternura, a destreza métrica, a bela metáfora, a elegância que não excluía a exactidão, a variedade eufónica que percorre a clareza das palavras onde o *a*, o *o*, o *e*, o *i*, fazem as despesas da música. Exemplificar o que dizemos seria trabalho fácil para o crítico. Mas, ao mesmo tempo, trabalho pleonástico; o leitor assíduo em Camões não nos deixará por mentiroso.

Opinião insuspeita é a do padre José Agostinho de Macedo que, numa aberta dos seus furores contra Camões, diz: «foi o primeiro que, entre nós, [...] aperfeiçoou e adiantou muito a língua, sendo o mais polido dos escritores de seu tempo» (2).

Não é o elogio dum qualquer — mas o de um inimigo, de um émulo. E elogios, vindos da boca do inimigo, valem a dobrar...

Claro que não iremos nós ao ponto de garantir que, nos *Lusíadas*, tudo tem atmosfera matinal.

Não passaram, impunemente, quatro séculos sobre a sua publicação. Certas formas de dizer caducaram. Mas, ainda assim, feitos os descontos do que esmaieceu e caducou, não será atrevimento afirmar que, no mais, e excluída a mitologia (e não toda), tiraram bilhete de ida e volta para a perenidade.

Antes de Camões, a nossa língua era pobre — pobre nas cores da descrição, pobre na expressão dos conceitos, rígida, fradescaamente rígida.

Vem Camões, e a língua portuguesa ganha musicalidade parnasiana, maleabilidade de paleta farta, clareza solar, vertebralidade de sintaxe, alforria. O génio do Poeta, de cascalho fez pepitas.

Se, da *Divina Comédia*, dizemos que é a *magna charta* da língua italiana, outro tanto poderemos afirmar dos *Lusíadas*, que também eles são a *magna charta* da língua portuguesa. De certo que, de Camões para cá, a língua vernácula evoluiu. A verdade, porém, é que o nuclear dessa língua — na estrutura e no vocabulário — está todo em Camões, que ainda agora, com poucas ressalvas, se pode considerar paradigmático, nesses aspectos.

A língua portuguesa foi fixada (até onde podemos empregar este termo rígido) em Camões. Foi este que lapidou o bruto diamante que a língua nacional fora, nos séculos anteriores. Ele quem lhe deu flexibilidade, elegância, maturidade, harmonia, guias de autêntico trânsito para a posteridade. A perfeita carta de alforria da língua portuguesa está, com efeito, na obra camoniana. Houve, de

---

(2) *Censura dos Lusíadas*, t. II, pág. 6, Lisboa, 1820.

então para cá, modificações nas franjas, não, porém, na tessitura da parte que constitui a essência da toalha idiomática.

Foi Camões quem criou a língua portuguesa *for ever!*

De certo que, nos versos de Camões, muita palavra erudita entrou — sobretudo nos *Lusíadas*. Algumas vingaram, e são, hoje, moeda corrente. Outras só por excepção, agora, se empregam.

Nas suas redondilhas, umas tantas palavras e construções têm sabor levemente arcaizante. Mais do nosso tempo são os seus famosos sonetos.

Não há que negar: a língua portuguesa ganha, com Camões, carta de alforria artística e, quase sempre, de clareza solar. Antes dele, era como se gaguejássemos. Queríamos dizer *amor*, e a *língua* nos faltava.

A originalidade do idioma português deita raízes para a Obra camoniana. O *surge et ambula!* da língua vernácula foi ele quem o pronunciou. Nova arrancada lhe deu Garrett, despartilhando-a. Eça faria o resto. Todos três, como padrões fundamentais, marcam viragens decisivas, na transparência e fluidez da língua nacional.

Enunciamos uma trivialidade, afirmando que a língua portuguesa alcançou o seu acúmen no século XVI, com Camões. Antes dele, estava-se como que na fase da proto-língua. Com ele, a língua alcança as bases essenciais sobre que irá assentar o português futuro. Um português que, evidentemente, não ficará no puro decalque da linguagem camoniana, mas que daí arrancará, sem profundas modificações, para a linguagem que, em nossos dias, empregamos.

O português escrito pelo autor dos *Lusíadas* e da *Lírica* representa uma viragem estética inesperada. Inesperada, porque o génio — e só o génio — tem o condão de operar milagres dessa natureza. Camões não foi apenas a vernaculidade — foi a vernaculidade progressiva, criadora de novos valores lexicais e estéticos.

Foi Camões, em larga parte, o forjador de uma língua que, nos seus dias, pouco mais fazia do que balbuciar a beleza, a verdade, o heroísmo. Ele quem criou uma língua ao mesmo tempo altíssima para ditar os seus imperativos ao Oceano, para erguer aos céus as notas de aflição na hora da tormenta; a objectividade, quando foi preciso transmitir os grandes espectáculos da natureza marítima; para traduzir, no verso musical, o inefável da saudade e da nostalgia. Antes dele, a língua portuguesa estava na infância

e na pré-adolescência. Com ele, tornou-se adolescente, pela toada primaveril, e alcançou a maturidade, pela plenitude lapidar dos conceitos.

A grande legenda para levantar almas adormecidas e enviadas, Camões a escreveu. No cativo filipino, *Os Lusíadas* foram a legenda sem igual, para tirar, das almas subjugadas pelo estrangeiro, a «apagada e vil tristeza».

O patriotismo, o idealismo, o sonho, a exaltação quixotesca de uma independência próxima, o fogo, a coragem, a sacudidela definitiva do intruso na nossa terra, foi a epopeia camoniana que os criou. Sem ela, não teríamos *clima* que nos empurrasse para a autonomia, para a restauração de 40. Com ela, por força dela, força discreta, mas persistente, escondida, mas eficiente, é que nós soltámos o grito libertador. Nunca, durante os sessenta anos do cativo filipino, o fogo lusíada deixou de crepitar. Dessa crepitação mal se apercebeu o intruso, por falta de argúcia psicológica. Mas onze edições, ou mais, que nesse período se fizeram de *Os Lusíadas*, eram a prova irrefragável de que a labareda patriótica ia ganhando altura, para queimar as amarras que nos prendiam à terra estranha. Os Filipinos, rombos de espírito, não se aperceberam desse facto. *Os Lusíadas* salvaram-se no naufrágio ocorrido nos parais do mar da China. E doutros parais eles nos salvaram — aqueles que os duros, os tirânicos Filipinos, foram semeando na alma portuguesa, ao longo do cativo a que nos submeteram, com a cumplicidade de uns quantos Portugueses, que, na hora da crise, não tiveram pejo de se vender a Filipe II.

Trinca-Fortes foi Camões, em vida. Trinca-Fortes o foi, ainda depois de morto, por obra e graça do Poema imperecível que nos deixou.

Foi Camões quem, além-túmulo, nos ajudou a trincar *nuestros hermanos*, que mal se resignavam, e dificilmente se resignaram, a perder esta fatia de território do Ocidente da Península, onde vive um Povo que não quer cangas, nem douradas, na cerviz, e muito menos quando elas são de ferro, e dentadas, como foram as dos três Filipinos que nos subjugaram.

A expressão: falamos e escrevemos «Camões» é de Afrânio Peixoto, dizendo este que Camões fez o milagre de Jericó: parou o movimento natural, estabilizou a vida, conservou a língua.

Exagero, é manifesto. Não lhe parou o movimento. Ai de nós se assim fosse! Nenhum escritor — dos de alto coturno —

pára a evolução da língua, antes a ajuda a desenvolver-se, no sentido de uma perfeição cada vez maior. Isso, sim. Isso é que Camões fez. Deu-lhe fortes alicerces, sem dúvida. Mas a revolução da língua continua. O que importa é que continue com escritores da craveira de Camões. Esses — e só esses — têm credenciais para praticar «erros admiráveis». Os outros — os medíocres — ainda quando escrevem, com rígida correcção gramatical, não fazem que a língua evolua no bom sentido deste verbo, — ante a fazem retroceder, ou marasmar.

A literatura de qualquer Povo (e, portanto, o português não podia fazer excepção à regra) dá sempre, o reflexo da vida desse povo. Quem quiser auscultar a sua psicologia; as suas fases de angústia, ou de euforia; os seus sintomas de manifesto progresso, e ainda os de flagrante ou iminente decadência, o que tem a fazer é meditar o conteúdo e a forma da sua literatura. Esta lhe dá o retrato com seus claros e escuros, a sua originalidade *sui generis* e *sui juris*, ou o mero clima de imitação ou cópia. Por ela se pode ajuizar da sua vida exterior ou íntima, do valor das suas instituições, de toda a sua história progressa, ou do momento que passa. A literatura é espelho da nação, define-lhe o carácter, dá-lhe o perfil étnico, a sua índole.

Ler Camões — sobretudo *Os Lusíadas* — é pretexto para reconstituir, em boa parte, o retrato de Portugal da sua época, da sua história, da sua coragem, e, até, do seu próximo ou longínquo futuro.

O génio nacional a literatura o atesta. A língua, ao serviço dessa literatura, revela, outrossim, com sua virilidade, ou nobreza; com seus primores, ou descuidos de forma; com a sua estrutura lógica, ou as suas metáforas mais ou menos gongorizantes; com a sua rotina, ou atrevimentos neologísticos e semânticos; com sua feição popular, ou erudita; com sua simplicidade, ou sua retórica empolada, com isso tudo, e o que mais se não diz, a alma nacional.

Relativamente a qualquer Povo, a receita para o conhecermos poderia ser esta: deixa que te oiça falar e que te leia nas tuas obras literárias, e eu te direi quem és. O mal e o bem à face vem. Pois também à língua e literatura, que nela se exprime, o mal e o bem se revelam, porquanto a língua e a literatura dum Povo constituem a sua face anímica.

O Oceano é que nos deu risca específica, no século XVI. Em toda a Europa, Povo nenhum teve viajantes do nível de um Fernão

Mendes Pinto, ou de um Francisco Álvares, que atiram para a sombra um Marco Pólo, ou um Mandeville.

Nenhum Povo teve, então, uma literatura viageira com a variedade, originalidade e pitoresco da nossa. Mercê da experiência que os Descobrimientos nos trouxeram, das vivências a que obrigaram, os nossos intelectuais renascentistas situaram-se na linha da frente europeia. Os nossos humanistas — os Gouveias, que constituíram notável dinastia em França; Aquiles Estação e Vicente Lusitano, que deram brado em Roma; Aires Barbosa, que deu cartas em Espanha; Damião de Góis, que não deixou os seus créditos por mãos alheias, nos Países Baixos e na Alemanha, e que privou com Erasmo, — tiveram nome retumbante. No século XVI, não vivemos a fazer *tricot* literário. Os nossos homens, muitos deles marinheiros, guerreiros, viajantes, descobridores, foram gente com densidade interior, dotados de excepcional heroísmo. Muitos deles era como se adoptassem, para divisa, o verso autobiográfico de Camões: *Numa mão sempre a espada e na outra a pena*. Vivemos, então, a vida com todos os traumatismos que se possam imaginar: a visão de novas terras, outras águas, outros céus, outras gentes, naufrágios tenebrosos, espadeiradas faiscentes. Não fomos simples homens de gabinete (3). Não fizemos missanga histórica — mas história autêntica, com fragor, com actos de bravura, e, para nada faltar, também, no nosso *curriculum vitae* tivemos nódoas morais que nenhuma lixívia foi capaz de apagar.

O académico brasileiro Amadeu Amaral, em conferência feita sobre Camões, em 1924, no Teatro Municipal de S. Paulo, dizia:

«Para nós, Brasileiros, *Os Lusíadas* apresentam além dos motivos universais de apreço, outros motivos que nos são particulares, e que não devemos esquecer. Além de tudo, *Os Lusíadas*, sendo o poema de Portugal, são o poema da pátria da nossa pátria — e o poema da nossa raça. Unamuno, o grande escritor espanhol, não há muito, alargava esse conceito de raça, para incluir nele a gente da Galiza, que é irmã da gente portuguesa, e dar assim aos *Lusíadas*, obra de um descendente de Galegos, o carácter de um poema

---

(3) Povo navegador, como realmente fomos, possuímos bibliografia marítima abundante, toda ela tocada do cunho da experiência directa, flagrante. Com efeito, não nos faltam tratados de cosmografia — na linha da frente o *Tratado da Sphera*, de Pedro Nunes —, livros de surpreendentes viagens, dando conta de todo um mundão de novidades. Quantos desses livros não estarão ainda inéditos?

ibero-ocidental, em que se traduzem qualidades fundamentais, comuns aos dois povos. Nós só podemos ter razões para não preterir menos que Unamuno, e seria ocioso insistir neste ponto.

Vem agora um outro motivo, ainda intimamente ligado ao precedente. A língua dos *Lusíadas* não é apenas a grande e famosa língua comum de Portugal e do Brasil; é, a certos respeito, mais a língua do Brasil que a de Portugal. A prosódia fixada no poema, já não sendo a prosódia corrente dos Portugueses de hoje, está perfeitamente de acordo, em quase tudo, com o que ainda prevalece na maior parte do nosso país. Nós podemos, sem affectação e sem contrafacção, recitar os versos dos *Lusíadas* na plenitude do seu ritmo e da sua sonoridade. Já por esse lado, já pelo boleio nativo da frase, pelo tom da elocução, pelo vocabulário, *Os Lusíadas* têm para nós, principalmente nos trechos mais simples e mais espontâneos, um ar de familiaridade repousante e gostosa, que em vão procuraríamos em obras portuguesas de épocas posteriores».

Agostinho de Campos, que transcreve o passo anterior na *Lusitania* (fasc. V-VI, págs. 306-307, Lisboa, 1925), comenta:

«É curioso confrontar esta reivindicação do sr. Amadeu Amaral, muito discutível nos seus fundamentos objectivos, mas, para nós, Portugueses, muito agradável pelo sentimento de admiração e orgulho étnico em que se inspira, — com análogo propósito do escritor galego sr. Vilar Ponte. Este, depois de referir-se, em *El Sol*, de Madrid, 21 de Novembro de 1924, às celebrações camonianas da Real Academia Gallega, na Corunha e em S. Tiago de Compostela, acrescenta o seguinte: «Probada, como se halla, la oriundez galaica del immortal vate Lusitano, verdadera *tête épique* de la Península, y habida cuenta que *Os Lusíadas* tras la grande evolución que experimentó el idioma en que dicho poema está escrito, hoy parece más gallego que portugués, si se examina, cuidadosamente, desde el punto de vista lexicográfico. Galicia no haría honor a sus más íntimas sentimientos raciales dejando pasar inadvertida efemérides tan señalada».

Não. Nem o oitenta de Amadeu Amaral, nem o oitenta de Villar Ponte.

*Os Lusíadas*, pela língua, nem são mais brasileiros que portugueses, nem mais galegos que portugueses. São, apenas, portugueses, escritos num português que, ainda é basilar, *da banda de cá e da banda de lá*, mas que tanto cá como lá, transcorridos quatro séculos, sofreu algumas transformações, não, porém, tantas e tão profundas, que os levemos a ser mais brasileiros do que por-

tugueses. O que *Os Lusíadas* são, pela língua, é o *vade mecum* de quantos pretendam conhecer as traves-mestras da linguagem comum ao Brasil e a Portugal.

Quanto à opinião de Villar Ponte é manifestamente exagerada. Não. *Os Lusíadas*, ao contrário do que ele diz, não nos parecem, hoje, um poema mais galego do que português, mas precisamente o contrário. Se escolhermos um escritor português da hora presente — um Aquilino, por exemplo, — e o compararmos com Camões, no respeitante à língua, ao travejamento sintáctico desta, as semelhanças que encontramos são flagrantes, e mínimas as diferenças. Mas se compararmos, por exemplo, os *Cantares Gallegos* de Rosalía Castro, ou os Cancioneiros luso-galaicos do séc. XIV, com o português camoniano, as diferenças são profundas, embora, aqui e além, existam algumas frases, que são, flagrantes nos escritores de idioma galego, e no português de Camões.

Se não é de aceitar o oitenta de Amadeu Amaral, muito menos o é o de Villar Ponte.

Isto dizemos, enquanto não nos demonstrarem o contrário, o que nos parece muito difícil.

A nação — qualquer nação — assenta no chão, na raça e na língua. Deixemos, agora, o chão e a raça. Fica-nos a língua. Pois o grande pilar em que a nação portuguesa assenta, quem lhe deu altura, solidez e rara esbelteza foi precisamente Camões. Se o capitel desse pilar, até ali, era dórico, ou jónico, com Camões *virou* coríntio.

Algém disse que, se o Evangelho salvou a Humanidade, *Os Lusíadas* são o paládio da nacionalidade portuguesa.

E são paládio pela gesta que cantam e, outrossim, pela língua em que a gesta é feita poema.

## 2 — Gramáticos portugueses do séc. XVI

Seria Camões leitor assíduo de Gramáticas da língua nacional, para escrever bem — e com originalidade —, como realmente escreveu?

Disse António Ferreira (1527-1569) que as musas não fazem mal aos doutores. E as Gramáticas farão mal aos escritores?

Em nossa opinião, o melhor processo de aprender uma língua não é lendo Gramáticas, mas os próprios escritores. Provado está,

por a + b, que não há aí quem pior escreva que um gramático — a não ser outro... gramático!

Acreditamos que Camões tenha lido a *Gramática* de Fernão de Oliveira e, possivelmente, a de João de Barros (1496-1570). Mas nem uma nem outra dele fizeram o grande escritor que foi. Não é a gramática talismã que faça escritores de polpa. Fará escrivas. Fará escriturários, amanuenses e canetas que tais. Escritores, nunca!

Camões leu os autores nacionais do seu tempo, afinou a orelha para o falar do Povo, e tudo mais que nele conta com sinal positivo foi obra do seu génio. Um inquérito que se fizesse aos escritores de todo o mundo daria sempre como conclusão que jamais os escritores se fizeram lendo Gramáticas, com diurna e nocturna solicitude. O que, quase *una voce*, eles nos confidenciariam, se interrogados fossem, é que aprenderam pelos métodos funcionais: o de ler os escritores já consagrados e ouvindo a fala de toda a gente. Aprenderam a língua viva, não nas laudas mortas das Gramáticas, mas nos escritores que os precederam, ou nos do seu tempo, ou de outiva, na própria casa, na rua, na praça, na tribuna, nos pretórios, na oficina, na fábrica, em todos os lugares da sua terra, menos nos presumidos compêndios gramaticais.

O ensino disciplinado da nossa língua é acontecimento tardio. De quando a primeira Gramática? De 1536, da autoria do licenciado Fernão de Oliveira. *Gramática da linguagem portuguesa* era o seu título. Foi reimpressa no Porto, em 1871.

Na sua *Gramática* escreveu Fernão de Oliveira: «...quem não folga de dizer mal, terá escusa em olhar a novidade da obra, e como escrevi sem ter outro exemplo antes de mim...»

Quase iguais reivindicações fazia para a sua *Arte da guerra no mar* (1555): «Da qual Guerra no Mar nenhum autor que eu saiba, escreveu antes de agora arte nem documentos, ou se alguém dela escreveu, confesso que não veio à minha notícia essa escri-

---

(1) António Ferrelira tinha Horácio por autor de cabeceira. A *Epistola aos Pisões* passou quase inteirinha para a sua obra literária. Escrevendo — ele que era magistrado e professor —, ficou-lhe sempre a pregação profissional da magistratura e do... magistério. Português de lei e de língua, correu com o bilinguismo, pecado em que todos os seus contemporâneos caíram. Em português e só em português escreveu, e não poupou censuras a quantos transigiam com o castelhano. Doutor com as seis letras, era de parecer que as Musas não lhe faziam mossa.

tura, somente de Vegetius [*Rei militaris instituta*] cousa pouca. Eliano prometeu escrever das ordenanças desta guerra, mas não creio que o fez».

Da autoria de Fernão de Oliveira é, também, com efeito, a *Arte da guerra no mar*. Logo no começo do livro diz: «E por eu ser sacerdote, não pareça a matéria incompetente à minha pessoa, porque aos sacerdotes convém ir à guerra, quanto mais falar nela! (2).

Este Fernão de Oliveira, gramático, «clérigo de missa», sabia, como poucos, da psicologia e arte da guerra no mar, a respeito, desta tendo escrito um tratado, do qual Quirino da Fonseca extrai algumas regras gerais, e de entre estas só umas quantas nós salientaremos, para não nos alongarmos em excesso:

É grande perigo fazer guerra com gente nova e sem exercício.

O trabalho faz boa gente de armas e a ociosidade a faz ronceira.

Vigiar de noite, trabalhar de dia, sofrer fome e sede, calma e frio, são exercício de gente de armas.

Nas pousadas, castigos e penas; na guerra, liberdade e benignidade, fazem boa gente de armas.

Constranger inimigos por fome e necessidade é de menos perigo e perda que pelejar com armas.

Quem se não provê de mantimentos e cousas necessárias, será vencido sem ferro.

Mais vale a ordenança que a multidão.

O lugar muitas vezes vale mais que a força.

O capitão prudente sempre está apercebido; o destro, não deixa perceber a boa ocasião quando se lhe oferece.

Esperemos pelo mar e não ele por nós.

Ache-nos o tempo prestes, por que se não vá sem nos aproveitar.

Ache-nos o tempo apercebidos, porque não dane quando vier.

No vagar tomemos o vento, por que na pressa não fiquemos descuidados.

Receosos devem ser os homens e não medrosos; devem esmar as cousas do mar e não se espantar delas (3).

Etc., etc.

Como é que um Padre tocou tantas rabecas ao mesmo tempo:

---

(2) *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras*, t. II, págs. 323, 322 e 319, Lisboa, 1937.

(3) *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras*, t. II, págs. 333-234, Lisboa, 1937.

a da gramática, a carpintaria naval, a arte da guerra no mar? Não conhecia essas coisas de cor — que *sçavoir par coeur n'est pas sçavoir* —, sabia mercê do «claramente visto», do experimentado. Assim por exemplo, acerca dos comitres [*oficinas que governavam forçados das galés*] e dos patrões das galés, dos quais bem de perto e até combatendo, observara o procedimento, diz:

«Os comitres querem os remeiros, antes forçados que livres, porque os açoitam à sua vontade e os mandam para onde querem. Sem embargo que os ditos comitres têm raça de algozes e mais se são Genoveses. Todavia, o trabalho do remar, é tão intolerável, que ninguém o faz bem, senão por força, isto é de açoute ou necessidade».

Ele próprio declara que não podia sofrer a empavorada insignificância dos *cameirões* do seu tempo, assim retratados:

«Vereis *cameirão inútil*, que não é para governar a casa de um fuão e pratica da guerra melhor que Júlio César; e da paz, melhor que Octaviano; da justiça melhor que Justiniano; e governa Reinos, tira taxas e põe taxas, senão nos molhos das tripas que faz o seu caso. Porém eu não posso sofrer tais pequices, e logo lhes digo que entendam muitieramá, em suas fazendas» (4).

Este Fernão de Oliveira, pela pluralidade das suas aptidões era bem um homem da estirpe de Gil Vicente, e embora em muito mais modestas proporções, da estirpe de Leonardo da Vinci.

Vem a propósito dizer que o licenciado Fernão de Oliveira, também foi corrector de impressão na Universidade de Coimbra, onde o lugar foi criado por uma provisão régia de 1540. Exerceu essa função por provisão régia de 1554 para que (damos a ortografia moderna) «visse, emendasse e provesse toda a escritura que se houvesse de imprimir na dita impressão, de maneira que imprimisse em toda perfeição. O ordenado era de vinte mil réis por ano. Não se gozou do cargo por muito tempo, porque a Inquisição lançou-lhe a garra e aferrolhou-o nos seus cárceres» (5).

Gramático, talvez, muito ortodoxo, mas heterodoxo, ao que parece, em matéria religiosa.

Com os frades, Fernão de Oliveira foi implacável na crítica: «Busque ocasião em que ocupe os soldados, não os deixe

(4) Em artigo de Quirino da Fonseca, *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras*, t. II, pág. 332, Lisboa, 1937.

(5) Sousa Viterbo, *Manuel Correia de Montenegro (um corrector de Camões)*, pág. 13, Coimbra, 1890.

estar ociosos, e se murmurarem, dissimule, porque é coisa própria a estes e a frades».

E noutro passo: «Era castigada a gente de guerra dos Romanos e Gregos que me atreveria a dizer que eram mais mesurados e continentes do que agora alguns frades». (Em *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, classe de Letras*, vol II, pág. 33, Lisboa, 1937).

A censura dos livros foi grave impedimento à liberdade de expressão, e, portanto, graves prejuízos trouxe para o desenvolvimento da literatura e da ciência. Nada de impresso podia vir a público sem o beneplácito de três licenças: a do Desembargo do Paço, a do Ordinário e a do Santo Ofício.

Para a impressão da *Cartinha para aprender a ler* (1553) já foi necessária a licença do Santo Ofício.

Os autores — os peritos, em muitos casos —, estavam sujeitos a essas competências universais que eram os senhores do Desembargo do Paço, os Ordinários e os homens do Santo Ofício. Eles é que davam o paradigma — e a mais pequena suspeita de heresia impedia o livro de se imprimir, e, em muitos casos, levava o autor às prisões inquisitoriais. Salvou-se a fé (credo!), perdeu-se, porém, a liberdade de expressão intelectual. E sem esta, como haver progresso de inteligência?

*De minimis*, porém, *non curabat inquisitor*. A liberdade de expressão intelectual era coisa mínima. A coisa máxima, superlativa, era a ortodoxia religiosa, sem o que o mundo seria deitado a perder...

Claro que se os livros nacionais passavam pelo «infalível» crivo da Inquisição, por lá tinham de passar todos os livros estrangeiros, sem o que não poderiam circular em Portugal.

*Sancta simplicitas* a da Inquisição! Como se fosse possível levantar barreiras proibitivas à circulação das ideias! Estas tinham sempre maneira de se insinuar.

Do Santo Ofício escreveu Luciano Cordeiro: «ofício infame, torpe, cruel; ofício de carrasco das consciências e dos corpos, que nenhuma civilização vira, que nenhum teologismo abraçara; exército de toupeiras que têm alguma coisa de chacais e muito de *pieuvres*, — monstruosidade como as sonhadas pelo espírito medieval —, cousa que mina o solo às instituições mais sólidas, que se apega aos cérebros e suga a luz das inteligências, que nas trevas fareja e retalha e lacera os corações, cousa absurda e horrível que busca a luz para a afogar nas trevas, que tem um *fim*: o domínio

das consciências, para atingir o qual todos os *meios* são legítimos, todos os vícios explora, todos os crimes justifica, todas as chagas adormece com o empeçonhado bálsamo da metafísica e dum sofisma monstruoso, inaudito, inexorável» (6).

Tal e qual: Santo Ofício = tenaz da liberdade de consciência, imposição dogmática de certezas incertas, presunção de posse intangível, no respeitante a doutrinas para as quais nunca se obterá o *placet* universal, provado como está que a metafísica é a filosofia pela qual tapamos grandes buracos com buracos ainda maiores, ou a filosofia em cujos conhecimentos já vamos muito adiantados, quando temos de confessar (se formos sinceros) que não sabemos nada, nadinha!

Depois de Fernão de Oliveira é que apareceu o historiador João de Barros com a sua *Cartilha para aprender a ler* (1539) e a sua *Gramática da língua portuguesa*, saída da oficina de Luís Rodrigues, em 1540.

Por falarmos em Gramática, aqui deixaremos a definição dada por João de Barros, e nós a reproduzimos na ortografia da edição de 1540, por ter seu sainete:

«Grammatica, E vocabulo Graego: quer dizer; ciencia de letras. E segundo a definiçám q̄ lhe os Grãmaticos derã: e hũ módo çerto e iusto de falár, e escrever, colheito do uso, e autoridade dos barões doutos. Nós podemos lhe chamar arteficio de paláuras postas e seus naturaes lugáres: pera q̄, mediãte ellas, assy na fála como na escritura, uehamos em conhecimento das tenções alheas».

Gramática puxa gramática, e vá de lembrar aqui a definição etimológica da dita, tal como consta dos *Apólogos Dialogais*, a falas tantas: «porque os Gregos, chamam *grama*, ao que nós

---

(6) Livro de Crítica, pág. 111, Porto, 1869.

Escreveu Bergson (*Les deux Sources de la Morale et de la Religion*, pág. 78, Paris, 1941):

«Il fallut attendre jusqu'au christianisme pour que l'idée de fraternité universelle, laquelle implique l'égalité des droits et l'inviolabilité de la personne, devint agissante.»

Pelo que a Inquisição (a *Santa Inquisição!*) fez, estamos mesmo a ver como a fraternidade universal entrou no mundo, e como se praticou a inviolabilidade da pessoa!

A Inquisição negou, a pés-juntos, o cristianismo e os corolários neste implícitos: a fraternidade e a inviolabilidade da pessoa humana.

letras, juntando-se estes dois nomes, *grama* e *ática*, fizeram aquele nome composto, que dizem *gramática*, que vale o mesmo que letras dos Áticos. O qual nome alongando-se com o tempo veio a significar o regulado estilo de falar qualquer língua do universo».

Fernão de Oliveira, na dedicatória da sua *Gramática* a D. Fernando de Almeida, diz: «Esta he a primeira anotação que Fernão doliveyra faz da lingua Portuguesa» (7).

A propósito, aqui transcrevemos as seguintes palavras de Sousa Viterbo:

«É curioso, todavia, que Fernão de Oliveira cita duas vezes João de Barros, autorizando-se com as suas opiniões. O primeiro caso refere-se ao advérbio *até*, que alguns queriam que se escrevesse sem *a*, sendo desse parecer Garcia de Resende, mestre Baltazar e João de Barros, *ao qual eu vi afirmar que isto lhe parecia bem*. O segundo caso refere-se à 1.<sup>a</sup> pessoa do presente do indicativo do verbo *ser*, que alguns queriam que se pronunciasse *som*. Deste parecer era o *mui nobre Iohã d'Barros*.

Lendo a *Gramática* deste autor, encontrámos, porém, opinião oposta: «E o uerbo sustantiuo sou, tambem carece da regra geral dos uerbos, porque fáz no infinito, em er, e quando o trazemos ao primeiro presente dizemos sou».

Quem desenhencilhará esta meada?» (8).

Não seremos nós, porque sapateiros somos, e não queremos ir além da nossa chinela, se é que chegamos a ser versados e conversados nessa mesma chinela, o que é duvidoso...

Diz Sousa Viterbo (*suum cuique!*) que as duas citadas gramáticas (a de F. de Oliveira e a de J. de Barros) não foram reimpressas no século XVI. Mas um tratado especial se publicou, nessa época, relativo também à linguagem, e que tem que ver com

---

(7) Fernão de Oliveira era quem, na sua *Gramática da Língua Portuguesa*, 2.<sup>a</sup> edição, Porto, 1871, dizia: «A língua de tão nobre gente e terra como é Portugal viverá contente e folgará de se estender pelo mundo.»

Pois muito bem: Camões foi o grande porta-voz do optimismo expresso pelo gramático.

Fernão de Oliveira contou entre os seus discípulos os filhos de João de Barros, o cronista das *Décadas*, os de D. Fernando de Almeida, os do Barão de Alvito e ainda *filhos e filhas de alguns senhores principais desta terra*, como o declarou ao ser encarcerado pela Inquisição.

(8) Sousa Viterbo, *Fr. Bartolomeu Ferreira, o primeiro censor dos «Lusiadas»*, pág. 178, Lisboa, 1891.

a erudição camonianiana. «Foi seu impressor (diz Sousa Viterbo) o mesmo tipógrafo que imprimiu *Os Lusíadas*, e foi seu autor um dos homens que conviveram com o nosso Poeta. Camões escreveu uma poesia, que vem numa das obras de Gandavo — *História da Província de Santa Cruz* [...], e Gandavo não se esqueceu, nas suas *Regras*, de citar com justo louvor, o nome de Camões. O livro de Gandavo, que mais directamente nos interessa agora, intitula-se:

*Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que a diante se segue em defen-sam da mesma lingua. Avtor Pero de Magalhães de Gandavo. Em Lisboa. Na officina de Antonio Gonsalvez. Anno de 1574* (9).

O Diálogo referido é entre um Português e um Castelhana. Petrónio é o Português, e Falêncio o Castelhana.

Sousa Viterbo transcreve alguns trechos do diálogo, que considera muito interessante, não só pelo lado filosófico, mas pelas referências literárias. Viterbo faz a transcrição na orthografia de Gandavo. Nós nos atrevemos a pô-la em orthografia moderna, para mais fácil leitura. Aí vão os trechos:

«A isso vos respondo, senhor Fulgêncio, que esta nação portugueza, pela maior parte, é mais afeiçoada às cousas dos outros reinos, que às da sua mesma natureza, cousa que se não acha nas outras nações, porque todas engrandecem sua língua, e fazem muito pelas coisas que quadram nela, só os Portugueses parece que negam nesta parte o amor à natureza.

Não é bastante razão essa que alegais para que vossa língua por esse respeito mereça ser preferida à nossa. Porque haveis de saber que cada língua por si tem um estilo mais próprio, e em que melhor parece, como é a grega nos versos, a latina nas orações, a toscana nos sonetos, a portugueza nas comédias em prosa e no verso heróico, a castelhana nas trovas redondas garridas que naturalmente parecem feitas e inventadas para ela. E daqui veio a muitos Portugueses vendo quam bem parecia neste estilo, e que nela se achavam mais facilmente consoantes para verso, exercitarem-na por seu passa tempo em éclogas, canções elegias e cantos pastorais, que são matérias leves e acomodadas ao estilo da mesma língua. Mas cousas graves e de importância, não me dareis nenhum Português antigo nem moderno que as tratasse nem escrevesse em vossa língua. E se quereis saber quam pouca necessidade temos dela.

---

(9) Sousa Viterbo, *op. cit.*, págs. 178-179.



OS  
LUSIADAS  
de Luis de Ca-  
moës.

COM PRIVILEGIO  
REAL.

*Impressos em Lisboa, com licença da  
Sãe Inquisição, e do Ordina-  
rio. em casa de Antonio  
Gõaluez Impressor.*

1572.



vede o estilo das comédias do nosso verdadeiro português Francisco de Sá de Miranda, que foi o primeiro que nesta nossa Lusitânia o descobriu com tamanha admiração, que de todos, em geral, ficou confessada esta verdade. Vede a *Asia* daquele famoso e excelente escritor João de Barros<sup>(10)</sup>, que por ela, em Veneza, está preferido a Ptolomeu. Vede a primeira e a e a segunda parte da *Imagem da Vida Cristã* daquele doutíssimo varão Frei Heitor Pinto, que, agora, em nossos dias, saiu à luz. Vede o estilo da linguagem de Lourenço de Cáceres, de Francisco de Morais, Jorge Ferreira, de António Pinto e outros ilustres varões que, na prosa, tanto se assinalaram, descobrindo com seus engenhos peregrinos o segredo da gravidade e formosura deste nosso português. Pois se, no verso heróico, vos parece que a vossa lhe pode fazer vantagem, vede as obras do nosso famoso poeta Luís de Camões, de cuja fama o tempo nunca triunfará, vede a brandura dos daquele raro espírito Diogo Bernardes<sup>(11)</sup>. Vede, finalmente, as do doutor António Ferreira, de que o mundo tantos louvores canta, e em cada um destes autores achareis um estilo tão excelente e tão natural e acomodado a esta nossa língua, que forçadamente haveis vir a descer-vos de vossa opinião, e confessar comigo se ela é indigna de vosso nome que vós lhe dais. Pois se quereis ver a língua de que é mais vizinha e donde manou, lede a arte da gramática da língua portuguesa que o mesmo João de Barros fez, e o mesmo podeis ver no livro da antiguidade de Mestre André de Resende, onde claramente se mostra, que com pouca corrupção deixa de ser

---

(10) Uma Vida de João de Barros a encontrará o leitor em *Vários Discursos Políticos* por Manuel Severim de Faria, chantre e cónego na Santa Sé de Évora, págs. 171-245, Lisboa, 1791. Aí se diz, na pág. 176: «Entrou João de Barros no serviço de El-Rei D. Manuel, de tão poucos anos, que ele mesmo confessa que da idade do jogo do pião começara a servir no Paço.»

(11) Mais adiante, Sousa Viterbo escreve: «O que achamos, porém, mais digno de particularizar, na fala de Petrónio, é o juízo que ele forma de Diogo Bernardes (1520-1605), conceituado de *raro espírito*. Sendo Gandavo amigo, ou, pelo menos, conhecedor íntimo de Camões e de Bernardes, não se atreveria a emparelhá-los, se estivesse convencido que Bernardes era a gralha que se enfeitava com penas de pavão. Muito antes de publicar os volumes dos seus versos, já Bernardes era apreciado pela suavidade, a qualidade eminente da sua poesia. No processo intentado por Faria e Sousa [e por muitos críticos que davam Bernardes como tendo-se aproveitado de muitas composições de Camões] contra Bernardes, o depoimento de Gandavo deve merecer altíssima consideração. (*Op. cit.*, pág. 183).

latina». [É o verso camoniano — *Com pouca corrupção crê que é latina*, anota Sousa Viterbo].

A tirada anterior é resposta à seguinte asserção de Falêncio:

«Creio yo señor Petronio, que deben ser muy pocos o quizá ningunos. los que quieran asentir con vos en esa opinion. Porque hombres portugueses muy principales y de grandes ingenios, escribieron, y aun hoy día escriben sus obras en castelhano, por ser language más apacible y dulce, y sonar mejor a los oydos que la vuestra: y esto es tan notorio y manifesto, que hasta los niños vuestros naturales conocen y confesan esta verdad» (12).

Vê-se que o Português defendia a sua língua — aquela que mamou com o leite materno —, e o Castelhana, por sua vez, louvava a dele. Camões que diria, ele que escrevia com o mesmo desembaraço, porventura, o português e o castelhano, numa época em que os escritores portugueses praticavam largamente o bilinguismo, exceptuando António Ferreira, que timbrou em só escrever na sua própria língua?:

*...dando à Pátria tantos versos seus  
Um só nunca lhe deu em língua alheia.*

E censurava Pero Vaz de Caminha (o inimigo de Camões) por usar do castelhano.

Tornando, porém, ao nosso tema e... teima: para que a língua vernácula, em qualquer escritor, floresça, fale, cante, se oiça e viva, e senhora vá de si, soberba e altiva, é indispensável estudá-la nos grandes autores, no linguajar do Povo, não sendo nunca as gramáticas que conseguirão essa maravilha. Elas só conseguem *maravilhas*.

Aprenda-se o português funcionalmente, na língua viva dos escritores, e desista-se, de vez, de ter a presunção de se vir a ser escritor com nome no mapa, pela mera circunstância, de se ter um doutoramento em gramática compendial e... ilhas adjacentes.

Provado — provadíssimo — está que ninguém escreve mais correctamente a sua língua do que os gramáticos. Mas correctamente não é o mesmo que com elegância, com vida palpitante.

Camões — íamos jurá-lo! — não aprendeu a ser o Poeta que foi, lendo a *Gramática* de Fernão de Oliveira, ou a de João de

(12) Em Sousa Viterbo, *op. cit.*, págs. 179-181.

Barros, ou as *Regras* do seu amigo Gandavo. Mestre da língua o foi, por obra do seu gênio, não por força das Gramáticas!

Na língua portuguesa se fez a propaganda do nome português nas lonjuras do nosso Império. Que se falasse o espanhol na Corte, o latim e o grego na Universidade, mas que a pregoeira de Portugal além-mar fosse a língua vernácula. Eram esses os votos do gramático Fernão de Oliveira. Ele quem dizia: «É melhor que ensinemos a Guiné [em português de lei] do que sejamos ensinados de Roma [através do latim].»

As línguas não nascem feitas, vão-se fazendo, e não se fazem por si, mas pelos homens que as falam e escrevem. Com razão dizia ainda Fernão de Oliveira.:

«Não desconfiemos da nossa língua, porque os homens fazem a língua e não a língua os homens; e é manifesto que as língua grega e latina primeiro foram grosseiras».

Fernão de Oliveira queria a língua vernácula ao serviço da promoção do homem, fazendo que, por meio dela se operasse a passagem do *humanus* a *humanior*. É ouvi-lo:

«Aprovemos [= *apuremos*] tanto a nossa [*língua*], com boas doutrinas, que a possamos ensinar a muitas outras gentes, e sempre seremos delas louvados e amados, porque a semelhança é causa de amor, e mais em as línguas».

Fernão de Oliveira orgulhava-se da língua vernácula, tal como António Ferreira, que nem um só verso escreveu em castelhano. João de Barros, por sua vez, no seu *Diálogo em louvor da língua portuguesa*, afirmava que a filha saía à mãe — o latim. Segundo ele, não lhe faltava «magestade para coisas graves e uma eficácia baronil que representa grandes feitos». Mas com ser austera, para explicitar conceitos profundos, também possuía esbelteza musical e espírito lógico para «declarar, deleitar e exortar a parte a que se inclina».

Segundo João de Barros, tudo que plantarmos no Ultramar fica sujeito à caducidade. Tudo: «peró não gastará doutrina, costumes, linguagem que os Portugueses que nestas terras deixarem».

João de Barros exagerava. Tudo cansa, quebra e passa. E se as coisas materiais se gastam, também as espirituais (e nestas vai doutrina, costumes e linguagem) podem cansar, quebrar e passar.

Em todo o caso, ele fazia grande finca-pé na difusão da fé cristã em terras longínquas através da nossa língua. Seja ele a dizê-lo, na toada da admiração:

«Certo é que não ha i glória que se possa comparar a quando os mininos etíopes [= africanos, porque a Etopia era, então o equivalente de continente africano], persianos, índios d'Aquem e d'Além do Ganges, em suas próprias terras, na força de seus templos e pagodes, onde nunca se ouviu o nome romano, por esta nossa arte [= Gramática] aprenderem a nossa linguagem, com que possam ser doutrinados em os preceitos da nossa fé, que nela vão escritos».

A língua portuguesa constituía veículo de uma cultura, de uma civilização, de um credo religioso, de uma afirmação de soberania espiritual.

Gramáticos e correctores de impressão bem podemos dizer que, até certo ponto, são indivíduos da mesma estirpe. Em muitos casos, alimentam a presunção (a tal droga que cada qual toma na dose que lhe apetece...) de emendar os autores, não apenas das gralhas, mas até o próprio texto... (13).

E verdade seja que não tem faltado quem tenha querido emendar *Os Lusíadas*. Gomes de Amorim, que fez uma edição da epopeia camoniana, atrevendo-se a modificar palavras do texto e substituir algumas por outras da sua lavra, porque assim é que lhe parecia que ficava bem, teve um predecessor no séc. XVI — o erudito português Manuel Correia de Montenegro, que estudou em Salamanca, onde permaneceu largos anos, desenvolvendo ali a sua actividade literária, ao mesmo tempo que exercia as funções de corrector tipográfico, diz Sousa Viterbo.

Pois já corriam várias edições impressas dos *Lusíadas*, quando Montenegro resolveu — pois não era ele corrector de sua profissão? — corrigir o poema. O manuscrito: *Lusíada de Luis de Camões, agora novamente reduzido por Manuel Correia* nunca chegou a ser publicado. Mas era oferecido ao duque de Bragança, com dedicatória datada de 15 de Agosto de 1620.

Dessa dedicatória constam passos como este: «Entrando na matéria mudamos todos os versos exdruxulos e agudos, por serem

---

(13) São esses tais senhores professores — puristas duma figal — os alvejados por Tolentino, ao dizer de um deles:

*Era em gramática um abismo,  
Honrava o século nosso,  
Porém de tal rigorismo  
Que pôs na rua o seu moço  
Por lhe ouvir um solecismo.*

mui mal parecidos em estilo heróico, ao menos no tempo de agora: trocam algumas palavras por outras, ao parecer melhor soantes» (14).

Comenta Sousa Viterbo: «Compreende-se perfeitamente como *Os Lusíadas* sairiam profanados».

Isso porém não veio a acontecer. Desse atrevimento foi, porém capaz Gomes de Amorim, vivamente criticado por José Leite de Vasconcelos, numa longa análise.

### 3— Os Gramáticos é que estragaram «Os Lusíadas»...

Os gramáticos é que estragam *Os Lusíadas*, que poderiam ser lidos da primeira à última estância sem análises como as que eles fazem. *Os Lusíadas* podem conter obscuridades — e contém realmente — no respeitante à mitologia e coisas que tais. Não, porém, na linguagem. O português camoniano, com poucas excepções, continua a ser paradigmático.

Se os estudantes detestam o poema é isso principalmente por serem explicados por quem não sabe escrever — pelos gramáticos. Heresia? Ora oiçam:

«Aliás, se os gramáticos põem tacha, em escritos dos outros, não sabem, por isso, pôr bom gosto nos próprios... Paul Stapfer, gramático e professor de literatura, deduziu, aliás, lei de estética, sem contestação: «a correcção estreme é apanágio de escritor secundário»... Os gramáticos em geral não sabem escrever. Sabem dar regras... O bom dicionarista Figueiredo foi bom polícia da linguagem, pesar dos seus dislates, mas pesar de emendas a todo o mundo não chegou a bom escritor... São coisas diferentes: criar a árvore e podá-la ou a endireitar...

[...] Camões continuará, a despeito de algum gramático, tanto a sua língua é a língua portuguesa de sempre. O português dos outros é que haverá de emendar-se se o Povo, suprema homenagem, teimar em falar como «Camões», o seu português.

Porque atentai nisto, que é essencial: não é Camões que fala como nós: somos nós que ainda falamos como Camões. E é por isso que este poema [*Os Lusíadas*] não envilhece, e por isso é escrito actual e vivo, já por quase quatro séculos, e outros ainda, enquanto o sentimento português for, de seu Poeta...»

---

(14) Sousa Viterbo, *Manuel Correia de Montenegro (um corrector de Camões)*, pág. 18, Coimbra, 1890. Actualizamos a ortografia.

Isto o disse Afrânio Peixoto na Academia Brasileira de Letras, em conferência de 8 de Maio de 1943 (15):

Camões, passados quatro séculos (estamos escrevendo no 4.º centenário da publicação dos *Lusíadas*) pode continuar a ler-se para apurarmos o nosso português, sem com isto quereremos dizer que, depois dele, não se fez progresso.

Faria e Sousa anota 120 palavras nos *Lusíadas* que eram consideradas neologismos. Todas elas, com poucas exceções, são hoje palavras correntes. Nenhuma, a bem dizer, envelheceu. Antenor Nascentes, que percorreu o poema todo, verso a verso, encontrou 150 latinismos. E em 5000 palavras diversas do poema só 15 arcaísmos, «isto é», diz Afrânio Peixoto, «alguns cabelos brancos, que segundo os usos atestam os outros são bem pretos e não tintos...» (*Arquivo Camoniano*, Rio, 1943, pág. 14, edição da Acad. Brasileira de Letras).

Ainda agora falamos Camões... E falaremos, porque o travejamento fundamental da língua portuguesa está nele. Com ele começou a entrada da nossa linguagem na maioridade.

É pena, grande pena, que a maioria dos professores da língua vernácula tenham visto, nos *Lusíadas*, apenas um pretexto para cavalhadas gramaticais (16). De minguada sensibilidade, tais professores de má morte parecem ter tomado a peito fazer que os estudantes de português embirrem com a epopeia, e com ela façam uma fogueira no dia e hora em que, escolarmente, deixaram de precisar dela, ou a vendam por dez réis de mel coado no primeiro alfarrabista que encontrem ao seu alcance.

Os gramáticos duma figa parecem julgar que Camões escreveu o seu majestoso poema, para nele exemplificar, *ad usum scholarium*, todos os exemplos intrincados de silepse e anacoluto. Os pobres, por falta de sagacidade e de bom gosto, não viram, na epopeia, o que realmente lá está: a descrição de uma viagem viva, cheirando a maresia; heróica, por nela se lutar com os vários adamastores do perigo corrido por «mares nunca dantes navegados»;

---

(15) Cfr. *Arquivo Camoniano*, pág. 19.

(16) Francisco de Paula Leite Pinto, em *A lição de Camões à Juventude de hoje*, Lisboa, 1960, pág. 3, fala dos «tratos nem sempre aconselháveis da análise gramatical!» dos *Lusíadas*.

Todo um mundo de alunos que passaram pelos liceus encontraram nos *Lusíadas* quase que simples pretexto para toureio gramatical. Resultado: esses alunos ficaram odiando a epopeia nacional.

original, por nela se depararem espectáculos nunca vistos; maravilhosa que nem conto de fadas; respirando curiosidade científica, na devassa do planeta, ao mundo dando novos mundos, e aos povos sedentários dando uma alta lição de energia.

Se *Os Lusíadas*, hoje, têm poucos e amorosos leitores, eles que foram uma Bíblia de patriotismo durante o cativo filipino, temos de responsabilizar os professores de pseudoportuguês por essa crise (17).

#### 4—Castilho, desdenhoso de Camões...

Quem achou que Camões nem de gramática sabia foi Castilho. Nem gramática, nem metrificacão. Mas a verdade é que Camões sem gramática e sem metrificacão impecáveis ficou, ao passo que Castilho... passou!

Foi na *Conversação preambular* do *D. Jaime*, de Tomás Ribeiro, que Castilho escreveu as palavras seguintes:

«A gramática mesma, este senso comum da linguagem, que os primeiros instituidores tanto devem zelar, promover e dirigir, por uma lógica prática e séria, para boa entrada em estudos superiores, a gramática mesma (sem custo se demonstraria, se necessário fosse) é frequentes vezes ofendida nos *Lusíadas*, por mais que lhe queiramos acudir como valhacouto de figuras e das nímio-elásticas licenças poéticas. A versificação dos *Lusíadas* está no caso da linguagem: foi a melhor para o seu tempo; mas a arte de metrificar e rimar é hoje totalmente outra, e melhorada; e nenhum bom poeta dos nossos dias, ainda que inferior a Camões, se resignaria, cuido eu, a assinar como sua uma única estância inteira de todos os dez cantos. Se há quem diga que ousava, que me aponte qual é a estância fénix, que ao fim de quase três séculos está ainda tão lustrosa e juvenil».

Exactamente isso dirão os vindouros em relação a Castilho-poeta. Dirão? Já o estão dizendo!

(17) Teixeira de Pascoaes perguntava: «Quem lê hoje, Camões fora das aulas de pseudo-português? É lido como os estudantes de medicina estudam o nosso corpo deitado no mármore anatómico.» (Em *Leonardo Coimbra, Testemunhos dos seus contemporâneos*, pág. 19, Porto, 1950.)

Jorge de Sena, quando cita *Os Lusíadas*, fá-lo segundo o fac-símile da 1.ª edição, «pois que aí se encontra tudo o que os gramáticos tem conseguido que não seja entendido» (Cfr. *A Poesia de Camões, Ensaio de revelação da dialéctica camoniana*, pág. 34, edição de «Cadernos de Poesia», Lisboa, Junho de 1951).

A linguagem de Camões foi a melhor para o seu tempo. Assim o disse Castilho, e o mesmo afirmou da versificação de Camões.

Mas o terem sido as melhores para o seu tempo, a nós se nos afigura que não se pode exigir mais. É evidente que tudo flui. A ortodoxia de ontem já não é a de hoje. E a de hoje já não o será amanhã. Ai de nós se a linguagem e a metrificação não mudassem, e tudo se mantivesse agora como há quatrocentos anos! De então para cá, muita água correu por debaixo das pontes. Os escritores fizeram progresso, como progressos fizeram os investigadores, os técnicos... Não se ficaram a marcar passo, para todo o sempre, no mesmo lugar. Não apuseram à língua, à ciência, à técnica, ou a arte, à técnica, o *ne varietur*. Não fizeram votos de rotina, ou de inultrapassáveis.

Quando, um dia, Antero veio à estacada, e demonstrou que Castilho estava atrasado, aqui del'rei, que não eram coisas que um discípulo dissesse a um mestre — sim porque Castilho foi mestre do adolescente Antero. O borbórinho, então desencadeado, foi enorme. A famosa *Questão Coimbrã* foi, no fundo, o duelo Antero-Castilho, Antero falando de conta própria, Castilho delegando em terceiros: *eu brigar não brigo*, dizia ele. Outros que brigassem em favor dele, que se julgou muito ofendido por Antero e Teófilo Braga.

Mas Castilho, que todo se sentiu das críticas que lhe fizeram, não teve dúvidas, em, no estilo do padre José Agostinho de Macedo, entornar desdém sobre a poesia de Camões, e precisamente sobre aquela que com maiores e melhores credenciais passou à posteridade — os seus sonetos. No comentário, que lhes fez, há um de frases como estas:

«Não presta para nada». — «Pouco vale». — «Este soneto podia sem vergonha figurar na Fénix Renascida». — Que metafísicadas!!! mas enfim, vá lá para a Livraria Clássica [Antologia organizada por Castilho], por dar gosto a alguns avós de família». — «Falso [Castilho escreveu falso] como um pataco macanjo». — «Os tercetos não valem os quartetos, e o total vale pouco». [Isto o dizia a propósito do soneto que começa «Aquela triste e leda madrugada»]. — «Vai bujiar. Que parvoíce tão reverendaça [escreveu «reverendassa»] (18). — «Outra vida» — «Se é boa pinga

---

(18) O soneto *Aquela leda e triste madrugada* já foi musicado pelo nosso compositor Rui Coelho.

não é para o meu paladar» — «...a chave que devia ser de ouro não é senão chumbo dourado». — «Vá lá co'os diabos para a Liv. Cláss.!» — «Se o entendo, não gosto. Se o não entendo gosto ainda menos». — «Cuidou este soneto nascer para alguma coisa, e parou em coisa nenhuma», — «Tolice!» — «Deixemo-lo que não é bom mexer em defuntos». — «Chocho». — «Patranhada». — «Tolere-se». — «Patacoada». — «Frioleira. — Soneto fechando com chave de pechisbeque». — «Metafísica rabujenta». — «Tolice sem mistura». — «Falso como Judas e tolo como os que o são». — «Bola de sabão: furta-cores e vacuidade. Mal se apagou só resta um cuspinho». — «Velharia sem sabor». — «Encarecimentos sensaborões! Demonstração de sabença para parvos». — «Bolas!»

«*Ora bolas!*» — dizemos nós. Cento e quinze sonetos foram os anotados por Castilho (19). Todos reprovados por isto ou por aquilo. Nós apenas transcrevemos alguns comentários. Actualizámos a ortografia.

Ora quem dera a Castilho, passados séculos, ter feito sonetos como os de Camões!

Fartou-se de bater em Camões. Mas cá se fazem, cá se pagam: fartaram-se de malhar nele, na *Questão Coimbrã*.

Em Gramática e Versificação, Castilho foi um prodígio. Mas que foi, como poeta?

Cego, Castilho refugiou-se essencialmente na musicalidade da frase, na vernacalidade do léxico. O que lhe sobrou na forma (muitas vezes retórica em excesso) faltou-lhe em fundo, em riqueza de ideias, em emoção trasbordante, em originalidade, que supriu em traduções, principalmente do latim. As do grego, do alemão e do inglês, são em segunda mão, porque nenhuma dessas línguas ele conhecia a fundo. De alemão, nada. De grego, o alfabeto, se tanto.

## 5 — Guerra aos gramáticos

Dos gramáticos disse D. Francisco Manuel de Melo, cobras e largatos e outros bichos peçonhentos: «praga bem escusada no mundo, são como os cães das boas-letas; não servem senão de roer os ossos e as espinhas, até que os põem na espinha».

(19) Castilho leu a edição de Juromenha. Resta apurar se todos os sonetos constantes da edição de Juromenha serão de Camões. Há dúvidas.

A verdade é que a Gramática dos compêndios é a ciência, com a qual ou sem a qual, o escritor fica tal e... qual. A Gramática, *volens nolens*, os escritores a aprendem lendo e meditando os escritores de polpa. Essa leitura, com o gênio pessoal (sem este, nada feito, ou tudo mal feito...), é que fazem o escritor com credenciais para a perenidade. Os outros, os versados e conversados na gramática compendiada, coitadinhos deles!, lê-los uma pessoa é o mesmo que tomar narcótico às colheres de sopa...

Ler um gramático equivale a caminhar sobre cacos de garrafa, a sermos abraçados por arame farpado, a sentirmos a impressão de que somos apedrejados.

Língua sem gramática, de certo, não se compreende, porquanto gramática é a lógica das línguas, e sem lógica cai-se, naturalmente, na obscuridade. Mas... com a obsessão da gramaticazinha, com sacrifício das belezas do estilo, sem a estética das metáforas, sem o gosto apurado, dá motivo a que a página enlanguesça, ou se torne rígida, de andamento pesado. De certo é preciso pôr gramática no ritmo; a harmonia ficaria prejudicada se atirássemos a gramática às ortigas, a sinfonia da frase talvez tivesse suas fífiás, se não respeitássemos certa ordem gramatical na expressão. Mas se apenas se souber gramática a nível compendial, sem o natural gênio da arte, sem a graça natural, sem o vigor da concisão, sem o dom da inefalibilidade, é sabido que a página a escrever, a oração a dizer, ainda que saiam impecáveis ao ponto de um gramático de carreira lhes dar o seu *placet*, nem por isso lhes estará garantido bilhete de ida e volta para a perenidade. Gramáticos há-os aí, porta sim, porta não. Quanto a escritores — autênticos escritores, artistas da palavra, como prosadores, como poetas, — esses é que constituem raridade.

Que à arte de escrever não falte gramática. Mas daí até confundir-se o gramático com o escritor-artista vai um abismo! O escritor-artista transfigura a gramática em coisa de beleza — e *a thing of beauty is a joy for ever*, no dizer de John Keats. A gramática, porém, só por si, não pode dar asas, profundidade, intuição à caneta que se serve dela.

Da língua em que foi escrita a tragédia *Athalie*, de Jean Racine, disse certo crítico, numa toada enfática: «O francês em que essa obra foi escrita não teve origem e não terá fim — é linguagem que data do céu, e como que feita para no céu ser falada».

Não nos atreveremos a dizer que a musicalidade da linguagem dos sonetos de Camões no céu tivesse origem, e que nela vai a eufonia das esferas. Nada de estarmos com frases quixotescas — o que seria ridículo. Mas que a língua em que os sonetos camonianos foram escritos tem música celestial quase não chega a ser um exagero.

Tudo é relativo, evidentemente, e nada absoluto. Mas, dentro da relatividade, no respeitante aos poetas portugueses do séc. XVI, bem poderíamos nós usar da hipérbole, ao compararmos Camões com os seus contemporâneos:

*Le soleil s'est levé; retirez-vous, étoiles!*

Claro que, assim falando, não pretendemos fazer acreditar a ninguém que a língua portuguesa tenha sustado a sua evolução em Camões. De então para cá muita água correu por debaixo das pontes, e, se não queremos, em matéria de linguagem, casamentos *contra natura*, o que daria motivo a filhos aleijados, não levemos, todavia, o nosso purismo até à epigamia (assim se designava o casamento de Gregos com estrangeiros) até à epigamia filológica, quando tivermos necessidade de vocabulário novo para exprimir novidade de real interesse para a vida, se, acaso, essas novidades vierem de fora. Para novas ideias, novos fenómenos, novos factos ou acontecimentos, tenhamos a coragem de aproveitar o dicionário estrangeiro, aportuguesando o que, sendo embora peregrino, nos faz falta como processo de comunicação. Não será a linguagem a comandar o pensamento, mas este a linguagem. Melhor se dirá ainda, afirmando que a língua deve estar na situação ancilar da vida: *lingua ancilla vitae*.

O gramático é, por via de regra, o homem da recta pronúncia, pernóstico da quinta casa, purista incombustível, polícia da linguagem que não sabe escrever com beleza, com maleabilidade, naturalmente, *currente calamo*, e que de tanto calcular a topografia do sujeito verbo e predicado, escreve numa língua tão correcta, tão corecta, que lê-la uma pessoa é o mesmo que engolir marmellos crus. É desgracioso, rígido, granítico, carecido de espontaneidade, incapaz de «erros admiráveis» como os praticou um Eça.

Do outro se dizia que era tão preguiçoso, tão preguiçoso, que, tendo aprendido uma vez, nunca mais, *por preguiça*, esqueceu. Do gramático cem por cento, pedante no superlativo, se pode afirmar que é tão correcto, tão correcto, que, à força de o ser, ninguém lhe pega. À sua correcção falta vida, calor, flexibilidade.

Todo ele é gabinete, torre de marfim, fuga à vida palpitante, ao falar da rua e da praça. Todo ele é múmia. Falta-lhe em energia e humanidade o que lhe sobra em respeito pelos autores consagrados, e que ele tem por inultrapassáveis. Fez voto de *ne varietur*. A rotina das autoridades «intangíveis» pesa-lhe toneladas sobre o espírito. Pior do que um gramático, só outro gramático. Sobre o gramático dá em cheio o dito de Bernardo Shaw: «quem sabe faz, quem não sabe ensina». O gramático — diremos nós — não sabe escrever, no artístico sentido desta palavra — mas presume de saber ensinar aquilo que, desgraçadinho dele!, não sabe fazer. *Durus es hic sermo*, mas importa chamar às coisas pelos seus nomes.

O gramático é, quase sempre, o homem que jurou manter antigos paradigmas de construção literária, esquecido de que a linguagem não é coisa estática, mas em permanente devir, ao serviço da vida sempre renovada, da cultura e da civilização aumentadas e aprofundadas. É o homem da palmatória sempre erguida em programa de bordoadas para quantos infrinjam aquilo que eles julgam ter nascido na clave do definitivo. É o homem vacinado contra a beleza e profundidade das ideias, em proveito de certa rigidez formal. A euritmia ele a desconhece. Um solecismo, uma palavra mal ortografada, um erro que, às vezes, é *admirável*, pela heresia, pela inovação ao serviço da maleabilidade expressiva, são tudo coisas que o irritam, que o tornam agressivo.

Não lhe peçam o que ele não pode dar. O que lhe falta em génio criador sobra-lhe em comprimento de fêrula, por ele brandida com a ferocidade de um fanático que dogmatizou determinada sintaxe, ou estruturação. Presume de corrigir os grandes escritores, nos quais caça pulgas, mas quando se mete a escrever, escreve córneo. Tem um doutoramento em vírgulas e cedilhas, e dos ditongos conhece todos os segredos. O que ele não tem é vistas de águia, larga mundividência. Julga a sua capoeira o centro do mundo. A sua erudição cheira a cisco. É, quase sempre, um amontoado de nugas.

O gramático é um pobre Adão achatado entre as páginas de três chavões, aos quais ele venera como se fossem o *nec plus ultra* em perfeição formal, em rigor lógico de sujeito, verbo e predicado. O gramático é o gebo do espírito.

O gramático é o homem de cânones intolerantes. O que lhe sobra em atitudes de exclusivismo, falta-lhe em maleabilidade

expressiva; o que lhe sobra em letra, falta-lhe em espírito. É o fariseu da língua. Lê pelo missal de uma sintaxe que ele julga nascida no signo do *imutável*. Ergue permanentemente as forcas caudinas de um preceituário que tem por infalível. Com ele, *finis poesiae!* Carece de espírito de finura. É um podão. Manda o bom gosto a férias. Não é o escultor, mas o canteiro da forma.

Os gramáticos das Arábias, no mais pequeno desvio de paradigmas que eles consideram rígidos, proclamados *ad perpetuitatem*, vêem enludamentos de bradar aos céus, a pedir coriscantes anátemas. O que sobra em ancilose de espírito a esses tais gramáticos encartados falta-lhes em visão estética da língua, como instrumento de flagrante expressão humana.

## 6 — Outra vez Castilho...

Castilho gastou na tradução do alheio aquilo que devera dar à criação original. Viveu na ideia de que uns quantos autores antigos eram inultrapassáveis em beleza formal, e vá de os verter para português, em linguagem vernaculíssima (e, portanto, até ao exagero). adulterando, em muitos casos, os originais na substância e na forma, ao ponto de julgar estar fazendo uma recriação sua, muito sua, e (cúmulo dos cúmulos!) que ele supunha, por vezes, superior aos próprios textos que lhe davam motivo aos seus malabarismos formais.

Castilho sofreu de classicite aguda. Virgílio, Ovídio, Anacreonte..., eram, para ele, autores que não podiam sofrer confronto, porque sempre eles levariam de vencida os confrontados.

Primores de forma superabundam nas suas traduções — referimo-nos às do latim e do francês, porquanto estas línguas as conhecia ele muito bem, o latim na linha da frente. Padre-mestre da métrica, ninguém o apanhou em flagrante delito. Dava cartas em versificação. Trouxe a público um tratado da especialidade, e os entendidos (que não nós) são de parecer que, para o tempo em que foi feito, não havia nada — nadinha! — que o suplantasse.

Claro que os leitores mais interessados na verdade objectiva, no rigor dos textos originais, lhe levaram a mal as cavalhadas estéticas, por vezes, arbitrárias que ele fez como tradutor. Viram, em Castilho, a invencível incapacidade de se sintonizar, em profundidade, com os autores que traduziu. Nas traduções, por ele feitas, viram muito de posição, de frio, de enfeitado, espontanei-

dade atirada janelas fora. Traduziu, por falta de gênio em que se afirmasse como autor original.

Garrett, contemporâneo de Castilho, não suportava que se traduzissem obras de arte — um quixotismo. Podem traduzir-se livros de ciências, e bem necessária é essa tradução! Quanto as obras poéticas, traduzi-las é matá-las. Seja ele a depor:

«...De traduções estamos nós gafos, e com traduções levou o último golpe a literatura portuguesa: foi a estocada de morte que nos jogaram os estrangeiros. Traduzir livros de artes, de ciências é necessário, é indispensável; obras de gosto, de engenho, raras vezes convém; é quase impossível fazê-lo bem, é minguia e não riqueza, para a literatura nacional.

Essa casta de obras, estuda-se, imita-se, não se traduz. Quem assim faz acomoda-as ao carácter nacional, dá-lhes cor de próprias e não só veste um corpo estrangeiro de alfaias nacionais (como o tradutor), mas a esse corpo dá feições, gestos, molde e índole nacional».

Claro que podemos, aqui, levantar o reparo, já levantado, pelo espírito independente que foi Luciano Cordeiro. Se a tradução das obras primas de arte, com sacrifício da produção original portuguesa, é má, a imitação não é melhor. As obras alheias têm de ser aproveitadas como trampolim para que os autores nacionais dêem o seu salto à sua específica criação pessoal. Shakespeare largamente aproveitou as sugestões de muitos autores estrangeiros. Não os traduziu, porém. Deles, partiu para si próprio. Não teve pretensões a inédito, não julgou criar tudo de novo, mas *shakespearizou* todas as ideias que andavam em curso, sobre elas fazendo obra nascida no signo da perenidade.

Tornando a Castilho, o impertinente comentador dos sonetos camonianos. Mais lhe valera estar caladinho do que ter dito o que disse de Camões. Fazendo os comentários que fez, parecia estar na linha do Padre José Agostinho de Macedo, que até dava a impressão de ter tido grave questão pessoal com o Épico.

Castilho, na *Lírica de Anacreonte*, põs o texto grego a par. Com que propósito? O de insinuar, junto do leitor: «ponham aqui os olhos, confrontem, e vejam como eu respeitei o fundo e a forma originais!» Pois muito bem: Castilho não sabia o grego!

Traduziu o Fausto, de Goethe. Pois não sabia alemão! Para desfaçatez, só lhe faltou que pusesse, lado a lado», o texto alemão e o português! A tanto não chegou o seu atrevimento. Aí, as dispa-

ridades entre o texto goetheano e o de Castilho, são de estarrecer, no dizer dos que, a fundo, conhecem a língua alemã. Depois, para dizer: «dá cá aquela palha», o nosso homem não se tinha que não enfeitasse os seus períodos com tal e tanta parra, que as uvas era um castigo descobri-las debaixo de tanto farfalho retórico. A concisão não foi o seu forte. A prolixidade constituiu a sua imedicável fraqueza, a anemia para a qual nunca encontrou vitaminas.

No respeitante às traduções que fez de Molière, Castilho atreveu-se a mutilar aqui, a amplificar além, e introduzir novidades, de sua conta, neste ou naquele passo e depois..., depois..., não faltou quem dissesse que os originais ficavam, em mérito, abaixo das traduções de Castilho.

A vernaculidade constituiu tema e... teima, em Castilho. E teremos de convir, que, por vezes, não lhe faltam páginas saborosas. Todas, porém, ou quase todas, apresentadas num português com demasiadas ressaibos quinhentistas, e, sobretudo, enfeitadinhos, novo-riquinhos, que o mesmo é dizer: cai no arrebicado, no torcido e retorcido, no tremidinho, na pieguice, no louvor sem freio e peganhento das cartas preambulares e outras particulares — muitas delas escritas «no ermo, ao pino do meio dia, quando descanta a cigarra».

O que lhe faltou em fundo ideológico sobrou-lhe em verbosidade, em «sopros de voz», em afectação, em exemplares jogos no trapézio da metrificacão. O que lhe faltou em imaginação, em idealização, em cor, em movimento, por força da sua cegueira, sobrou-lhe em *ouvido*, sentido de suplência, relativamente à *vista*. Não teve culpa da sua cegueira. Só temos que a deplorar. Mas o certo é que tudo sacrificando ao ouvido, ficou, para todo o sempre, um minimizado, em relação ao colorido, à frescura primaveril, à perfeita objectividade.

Se a uns quantos escritores, que o não louvaminharam, ele atirou para o limbo, a outros que escandalosamente o lisonjearam e nada publicavam sem ir ao seu beija-mão de pontífice literário, ele os situou para lá das nuvens. O encómio condoreiro dos seus apaniguados é simplesmente ridículo. O desprezo pelos que não lhe faziam zumbaias era venenoso. No dizer mal ninguém o ultrapassava. No elogiar, não sabia o que fosse a justa medida. Oitenta para um lado, oitenta para outro. Sentido crítico, dúvida metódica, não foram dons que nele abundassem. Não veio ao mundo com qualidades criadoras — foi apenas um imitador e, sobretudo, um

tradutor, que abusou do prólogo italiano em que se diz que *os tradutores são traidores*.

A logomaquia foi o seu jogo predilecto. A vacuidade afectiva, a carência de densidade nas ideias, a simulação descarada de surpreender com o inchaço da palavra a penúria da ideia, a sofística, a puerilidade e coisas que tais, são outras tantas baldas que qualquer de nós surpreende em Castilho, embora, por amor da justiça, não devamos omitir que o nosso homem se tratava por tu com a genuidade da língua vernácula, sobretudo nas articulações desta ao latim, no qual era versado e conversado como poucos. O seu a seu dono!

Fiquemos nisto: Castilho foi a infelicidade em pessoa nos comentários aos sonetos de Camões.

Castilho foi o homem morninho — excepto na má língua e nos elogios mais enfunados que vela de galeão —, faltou-lhe o *mens divinius*, o *diable au corps* da originalidade. Foi o respeito, o eco doutros ecos. Camões, de certo, não é intangível. Quem o é aí? Mas que um poeta medíocre, que tal foi Castilho, se permitisse aquele *ora bolas!* para os sonetos de Camões, é de nos fazer espinotear os nervos!

## 7 — Epifânio, amassado em Gramática...

O professor Augusto Epifânio da Silva Dias, foi «o terror dos liceus», ou o «fava preta». Sabia, dos *Lusiadas*, como gente grande. Mas aluno que lhe saltasse por cima dum *que* relativo, já sabia que levava R... Com os *ques* dos *Lusiadas* não se brinca! Certos professores de português lá sabem porquê... É que, às vezes, não sabem mais nada... (Aqui vai arder Troia!)

Tornando a Epifânio, que, na cadeira de português, reprovava sem conta, peso, nem medida, o que levantava protestos por toda a parte, ao ponto de nas paredes da Escola Politécnica, onde ele fazia os exames, se lerem tenebrosas frases a carvão: «Morra o Epifânio!», Rafael Bordalo Pinheiro, no *António Maria*, caricaturava o terrível magarefe dos inocentes, e inventava a pouco lisonjeira frase: *epifanar os meninos*, para significar que lhes fazia a vida negra.

Indignação geral. Os próprios alunos da Politécnica de Lisboa faziam coro com os *epifanados*, e todos, em frente única, políticos e os cachopos reprovados em português — provavelmente nos *Lusiadas* — se dispunham a fazer uma trágica espera ao

implacável examinador, ao carrasco com coração a menos e gramática a mais...

Mas o homem (porque o Seguro morreu de velho e D. Prudência lhe foi ao enterro) dispunha-se a sair pelas traseiras da Politécnica, atravessando o jardim Botânico, e vindo dar às escadas e chafariz da rua da Alegria.

E os *epifanados*, que souberam a tempo do truque do carrasco, vá de correrem ao seu encontro. Ei-lo que aparece: sobrecasa, grande bigodeira, óculos faiscantes, chapéu alto, rosto lívido, que o caso não era para menos.

Enorme a vozearia dos *epifanados* e aderentes: «Morra o Epifânio! Abaixo o Epifânio!» Isso e *muchas otras cosas más*, em espanhol e em português.

Acorre um mundão de gente, a saber o que se passava. Quem era aquele homem?

Foi então que um estudante da Politécnica teve o mau sestro de dizer à multidão:

— Aquele homem foi o que matou a mulher da rua dos Vinagres (caso então muito falado, não se sabendo ao certo quem fôra o assassino).

O que tu foste dizer! Choveram as pedradas sobre Epifânio. Por um triz que não foi linchado e... lançado!

Pedradas foram elas que o «carrasco», ó pernas para que vos quero! Interveio a força pública, que foi, afinal a atingida pelas pedras que os *epifanados* e seus colaboradores atiravam. Epifânio foi esconder-se no Hotel dos Irmãos Unidos, arquejante de susto.

Lara Everard, estudante da Politécnica, o da frase infeliz: — «É o homem que matou a mulher da rua dos Vinagres» — veio muito mais tarde, a contar o trágico e jocoso acontecimento, depois de Epifânio ter falecido em 1916, e do caso se penitenciou, dizendo:

«Pobre Epifânio, que tantos rapazes chumbaste, sem me teres chumbado a mim (porque não chegaste a tempo), perdoa-me lá nas alturas a parte que tomei na montaria dos *epifanados*, mas não foi por mal, crê; foi por brincadeira» (1).

Epifânio sabia dos *Lusíadas* pela medida grande, e talvez que a mais perfeita edição que aí circula da epopeia camoniana seja a dele. Em gramática, o nosso homem era um portento. E quem lha não recitasse na ponta da língua, já sabia o que o esperava: era empandeirado (*epifanado*, queria eu dizer) sem dó nem piedade. Saltar por cima de um *que* relativo era crime de mão cortada...

(1) *O Tripeiro*, Porto, 15 de Maio de 1919, pág. 192.

Quando é que certos professores de português deixarão de fazer, dos *Lusíadas*, campo de touradas gramaticais? Até quando continuarão eles a transformar *Os Lusíadas* num pesadelo? *Quous-que tandem...?*

Catão foi, no seu tempo, o inimigo jurado de todas as novidades helénicas que deram entrada em Roma. Mais do que Catão, o gramático é o... caturra que sofre de misonéite aguda relativamente a tudo que represente alteração numa linguagem por ele tida na conta de paradigmática, uma linguagem definitiva, acabadinha para todo o sempre.

### 8 — A coça nos gramáticos continua...

*Os Lusíadas* têm sido objecto dos mais variados comentários. Existiu, outrora, um lente da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, Câmara Sínval, que nunca receitava drogas de botica. Camilo, que o consultou, em 1849, refere que, nas insónias, recomendava a leitura dos filósofos e dos poetas épicos. Na lista das epopeias colocava, em primeiro lugar, a *Iliada*, depois a *Henriqueida*, e se a insónia resistia a estes narcotizantes, receitava o 1.º e 2.º canto dos *Lusíadas*. E só no caso de, nem assim, o doente cair em sono profundo, é que se atrevia a mandar ler duas páginas de Kant. Então era certo que o doente caía em letargia profunda.

Vem a propósito dizer, ainda segundo o testemunho de Camilo (o seu a seu dono!) que este Câmara Sínval, ateu da quinta casa (1), fazia pomposos sermões sobre o S. Sacramento.

«A prosa de Sínval tinha a sonoridade rítmica do verbo heróico. Possuí, impressa, uma das suas orações proferidas na abertura das aulas médico-cirúrgicas. Começava assim: *Tem o sanhudo leão falcadas garras, tem a tímida lebre agudo ouvido,*

---

(1) «Era ateu, porque se existisse Deus (dizia o precito) duas das suas muitíssimas perfeições seriam a Bondade e a Prêciência. Ora a *maldade* da criatura contradiz a *bondade* do criador, e a liberdade do homem condenada por causa dele, faz repugnância à *prêciência* de Deus que teria criado o homem livre para o condenar como insubordinado. Cacologia! — exclamava ele.

Mas que falta de lógica! Se eu, num ímpeto de erudição, lhe citava o invicto argumento de Voltaire: «Se não existisse Deus, seria preciso inventá-lo», Sínval respondia-me, com Diderot: *C'est ce qu'on a fait*. E quem ficava entupido, afinal, era eu, porque as minhas letras teológicas eram uma lástima». (Camilo, *O Vinho do Porto*, pág. 68).

*vista perspicaz a águia generosa...* São três endecasílabos bem feitos, pomposos» (2).

Veio tudo isto a propósito dos *Lusiadas*, aos quais, se uns lêem com vivo interesse, outros sobre eles dormem a sono solto, sobretudo quando da epopeia os professores fazem pretexto para simples futebol gramatical (3).

Há, com efeito, professores que têm, da parte dos alunos, os bocejos e o sono que merecem. Os de gramática entram, geralmente, nessa lista.

É essencial que os professores de português — todos, sem exceção — saibam ler poetas, comunicando, aos seus alunos, toda a verdade e beleza dos poemas. Sem isso, nada feito!

Em Espanha, um escritor que muito se ria do purismo dos gramáticos encartados era o novelista Vicente Blasco Ibañez. Atirou com os purismos fora. À maneira do nosso Eça, praticou *erros admiráveis*. Eram os temas que lhe ditavam a expressão e por amor da sugestão da cor, do ritmo, não hesitou em ir contra cânones consagrados. Os gramáticos resmungaram — mas Ibañez teve a coragem da sua heresia.

Tolo é o escritor que só sabe a gramática dos compêndios e escreve córneo e nos dá páginas *papulosas*, das tais que fazem cair em sono profundo.

Antes a página viva «sem gramática», do que a página morta com toda a água benta da gramática! Querem alguém com mais gramática do que os gramáticos? Quem os lê? Escrevem para a garotada. Perdem o seu tempo. A pequenada aprende a linguagem da rua, não lê as páginas soporíficas dos gramáticos. Abrenúncio!

(2) *O Vinho do Porto*, pág. 68.

(3) Era Dom Ramón María del Valle-Inclán que ádzia: «El verbo de los poetas, como el de los santos, no requiere decifrarse por gramática para mover las almas. Su esencia es el milagro musical.» «El verso, por ser verso, es ya emotivo, sin requerir juicio ni razonamiento. Al goce de su esencia ideológica suma el goce de su esencia musical, numen de una categoría más alta. Y este poder del verbo en la rima se aquilata y concreta. La rima es un sortilegio emocional del que los antiguos solo tuvieron un vago conocimiento» (Cfr. *Poesía española contemporánea*, Antología, pág. 85, Madrid, 1968, organizada por Gerardo Diego).

Camões satisfaz a esta filosofia poética de Valle-Inclán. Camões para ser sentido, não precisa de sistemáticas e aborrecidas exegeses gramaticais. A poesia ou é sentida em bloco, ou se pulverisa nas análises gramaticais.

Mariano Pina, na *Ilustração*, de 5 de Abril de 1888, disse da falta de gramáti caem Eça o que Mafoma não disse do toucinho. Ele, Pina, tinha gramática para dar e vender... Quem lê Pina? Eça não tinha — no dizer de Pina — sombra de gramática. Quem lê o autor da *Relíquia*? Todo o mundo e seu pai.

Eça é que não tomou Pina a sério. Com ele brincou; são de cartas suas a Pina as palavras seguintes:

«Famosa sova, na verdade! É desse género o que nós chamamos em Lisboa — «dizer as últimas».

Porque, enfim, até agora, os críticos mais hostis concediam-me ao menos uma «certa arte de escrever», enquanto V. nega desde logo, terminantemente, que eu possua sequer os rudimentos dessa arte — a «gramática e a sintaxe». As páginas dos meus livros, diz V. com ferocidade, estão cheias «de erros de gramática e de erros de sintaxe». E isto é realmente «dizer as últimas».

Há longos anos que um crítico não pronuncia palavras tão violentas.

[...] Em todo o caso, se essa é a sua opinião, caro Pina — «que eu não tenho nem «gramática nem sintaxe» — fez V. admiravelmente em o dizer. O primeiro dever de quem tem uma pena é escrever aquilo que julga ser a verdade».

O que eu não compreendo muito bem é quando V. diz que os meus livros, «cheios de erros de gramática e de erros de sintaxe» prendem e dominam o público!

[...] Quer que lhe diga o que penso, caro Pina? É que você escreveu esse começo da sua «Crónica» à noite, muito tarde, derreado de cansaço, e a cair de sono! E se a for reler, fica furioso consigo.

Não o fique V. comigo, por causa desta maçada, dê-me notícias e creia-me sempre

Muito dedicado  
*Eça de Queiroz*» (4).

Pina arrependeu-se do que escrevera e desfizera-se em desculpas, em carta a Eça de Queiroz. E vá este de lhe responder, com bonomia:

«Recebo a sua carta. E gabo-lhe a paciência de ter entrado em tão longas explicações sobre o tal caso gramatical! Está claro que V. não tinha o mínimo desejo de me ser «severo»! E a minha

(4) *Correspondência*, 4.<sup>a</sup> edição, pág. 151 e segs., Porto.

carta, justiça me seja feita, não tinha outro fim senão tagarelar à meridional, com espalhafato e abundância. Em todo o caso nessas mesmas explicações há amabilidade e simpatia que agradeço.

Agora coisas sérias».

E passa a falar de coisas muito diferentes.

Está assente que as heresias gramaticais, quando praticadas por um escritor de génio, serão ortodoxia, no dia seguinte. E assente está, também, que as ortodoxias dos gramáticos de carreira nunca, jamais, em tempo algum, sustaram as heresias dos escritores de génio.

Ao gramático já alguém chamou (quem foi?) o tirano das palavras e das sílabas.

Poderíamos acrescentar que é também o homem doutorado nos segredos do ditongo e da cedilha.

E tudo isso tem sua importância. O ridículo começa, quando o desgraçadinho na frase, na página, no capítulo, ou no livro, promove o pormenor a pormenor, e, de uma penada atira, para um canto, a frase, o capítulo, ou o livro, porque o autor não pôs uma vírgula no seu lugar.

O gramático não tem sangue literário. Um hemograma que se lhe fizesse só revelaria nele a presença, de vírgulas, de cedilhas e segredos de ditongo.

Artesanato literário é o que fazem os gramáticos de carreira. Arte literária é outra loiça. Subjacente a ela, está, sem dúvida, a gramática — mas uma gramática manejada com génio, e não com a Santa Luzia dos cinco olhos. A gramática do escritor tem asas. A do gramático de profissão tem apenas os pés fincados no chão. O gramático de ofício é canteiro a manejar o escopo. O escritor é o Rodin a manejar o cinzel.

O gramático é o gebo da literatura.

O escritor empresta frémito às palavras, capta o fugidio, o inefável, dá perdurabilidade ao efêmero, pinta com o léxico, põe alvoradas ou poentes na frase, tira do violino, que é a sua pena, arcadas de fazer chorar, e alturas de clarim que furam os céus. Com um dicionário faz uma orquestra.

Quanto ao gramático é apenas uma fábrica de bocejos, e se com as suas *correctíssimas* frases batêssemos num calhau, seria o calhau que se quebraria. Ele, e não elas.

Certo escritor espanhol, cujo nome não nos lembra agora, dizia que o escritor praticava «una labor de perforación», dizendo

que «sólo necesita ver parte de la verdad», e «el resto de verdad lo adivina por intuición».

(Citamos de memória. Não juramos pela exactidão das textualíssimas palavras).

Assim é o escritor. Mas muito longe disso fica o gramático — um podão no respeitante a capacidades intuitivas, um hermético no que toca a sexto sentido para as belezas literárias, uma sensibilidade vacinada contra o ritmo alado, a harmonia das esferas.

## 9 — A língua vernácula e o latim

Pensando na língua portuguesa, a gente «quando imagina/com pouca corrupção crê que é a latina».

Assim o disse Camões. Tal mãe, tal filha. E, portanto, conhecendo a matriz da língua vernácula, automaticamente ficamos em condições óptimas de bem conhecermos, e de bem nos exprimirmos, falando e escrevendo na nossa língua.

Mais devagar... Há aí quem se trate por tu com a língua latina e, todavia, se exprima, gaguejante e duro, na «última flor do Lácio». Em compensação, não falta quem esteja longe de ser tu cá, tu lá com a língua de Horácio, e se exprima admiravelmente no idioma nacional. Como se explica esse aparente paradoxo? É que as virtudes do latim já foram assimiladas pelos grandes clássicos nacionais, e lê-los e meditá-los, com diurna e nocturna solitudine, é a indirecta maneira de assimilar as tais e tão louvadas virtudes do latim.

Não há contra (é evidente) em se conhecer o latim. Está claro que não. Mas não se vá daí ingenuamente concluir que ao conhecê-lo como a palma da nossa mão, logo ficamos com o bilhete de ida e volta para sabermos escrever a primor a língua vernácula. Se assim fôra (que não é!), em cada latinista teríamos um notável escritor nacional, com sangue autênticamente literário, quando, afinal, em muitos casos, o que temos, no estilo daqueles que sabem latim pela medida grande, é um português, que, do ponto de vista das belezas literárias, lhes fica curto nas mangas.

As virtudes do *sermo pedestris*, ou *vulgaris*, ou *plebeius*, ou *rusticus* e do *sermo urbanns* foram todas assimiladas pela língua vernácula, tal como a lemos, desde Fernão Lopes, passando por Gil Vicente, D. Francisco Manuel, Garrett, até Aquilino ou Miguel Torga. E, portanto, lê-los é fazer o melhor curso de latim e de gramática.

O latim não vale o que custa. Melhor é conhecê-lo travestido na língua nacional, do que matraqueá-lo em declinações e conjugações, e fingir, depois, que o lemos despachadamente nos clássicos do Lácio.

Heresia o que estamos a dizer? Mas *oportet hoereses esse*. Levante o braço quem discordar desta filosofia linguística. Levante o braço e demonstre o contrário.

Nós não sentámos praça no regimento dos dogmáticos, e a mão estenderemos a quem nos demonstrar, com insofismáveis factos, que laboramos em erro crasso.

Emílio Zola pretendeu fazer a sua estreia literária pela poesia. Hachette, o seu editor, folheou, leu, cheirou, e acabou por emitir este *veredictum*: o lirismo não me parece estar muito de acordo com o feito do autor: «...il ne croyait pas que la versification fut réellement dans ses cordes».

Pela nossa parte, discordando de Hachette, diremos: a versificação estava lá; o que lá não estava era a poesia.

Pode versificar-se impecavelmente (caso de Castilho) e o verso não ter sombra de poesia. Pode a versificação ser atirada às malvas, como no verso livre, e este respirar, e transpirar, poesia da mais bela.

Versificação correcta não é, necessariamente, a patente da lídima poesia. Também a gramática correcta — correctíssima, até, — pode não ser (não o é, muitas vezes) literatura, no alto sentido desta palavra. Literatura no alto sentido da palavra é forte expressão de humanidade. Onde esta faltar, teremos *flatus vocis* ou arabescos em água corrente.

O escritor é capaz de prosa ou poesia *pulchra ut Luna, electa ut Sol*. O gramático é apenas capaz de pôr sujeito, verbo e predicado nos seus lugares, conhecer como o reticulado das suas mãos a topografia dos complementos com suas curvas de nível, mas por aí se fica, que o bestunto não lhe dá para mais.

Se fossem apenas os filólogos a falar das línguas e a exprimir-se nelas, ai de nós! Não nos faltaria anatomia a rodos, mas não seria a língua, o que deve ser: fisiologia do pensamento, da emoção, da beleza, da objectividade telúrica, do subjectivismo da paisagem, dos saltos metafóricos da imaginação. O filólogo é o histologista, o homem da análise microcós mica da linguagem, é aquele que está nos segredos da técnica. Pois é. Mas cada um de nós sente ganas

de lhe jogar a já citada bisca de Shaw: «quem sabe faz, quem não sabe ensina...»

A bisca nós a jogamos ao filólogo e ao gramático, aparentados como realmente são na árvore genealógica de onde bracejam.

Relativamente a certas palavras que Camões quiz trazer para a circulação, um sopro erudito as levantou, mas a toada rebarbativa e erudita as deitou por terra, donde só esporadicamente se levantaram, uma vez por outra. Como Carlos Queiroz, quase poderíamos dizer, dessas tais palavras de duro cariz:

*Cada palavra possui  
Uma longa, longa história.  
Todas nos dizem: — Eu fui...  
Ter sido que se dilui  
Nos meandros da memória (5).*

Nem todas as palavras dizem: «eu fui». Pelo contrário, dizem: «fomos, somos, estamos aqui «para lavar e durar». E a razão da sua perdurabilidade está em não serem cacos de garrafa na boca, em não exigirem glossário à vista, em serem moeda corrente — não dizemos pau para toda a colher, mas palavra para todas as conversas, e todas as páginas.

Muitas das palavras dos *Lusíadas* não vingaram. Não podiam vingar. Um prurido renascentista as trouxe ao de cima, mas logo o crivo-toda-a-gente as peneirou, pelo que morreram, a bem dizer, à nascença.

O grande salvo-conduto para o vocabulário é a simplicidade. Manuel Teixeira-Gomes confessou, a esse propósito, o seguinte:

«Eu emprego um vocabulário muito restrito, mas faço-o adrede, porque a mais e mais me empenho em escrever singelo e chão. Isso, porém, não me impede de apreciar os termos raros e coloridos, que afluem com extraordinária abundância quando pensamos em escrever uma carta cujo assunto nos apaixona. Há vocábulos que surgem, terríveis e eficientes como punhais ervados; outros animam e consolam; outros têm a glória quase hílare de certos aromas... Não os emprego. Mas que satisfação não dá saber que eles lá ficam, esperando ordens, no nosso arsenal, ou entre as receitas dos bálsamos, ou na preciosa colecção de enfeites!» (6).

(5) *Breve Tratado de Não-Versificação*, pág. 2, Lisboa, 1958.

(6) *Miscelânea*, pág. 278.

Guardava ele, porém, todos esses termos estranhos só para situações de excepção. A sua norma habitual era fazer-se entender, e daí não trazer, à vitrina das suas páginas, vocabulário difícil, «para raros apenas».

As palavras dele, portanto, não passaram: estavam sendo claras quando as escreveu, continuam sendo de clareza solar, e não será profecia por aí além dizer que continuarão com bilhete de ida e volta para a posteridade. Ao contrário, pois, do que diz o poeta, cada uma das palavras dos escritores que primam pela simplicidade afirma: *vivo*, em vez de afirmar *vivi*; *sou* em vez de nos confessar *fui*, e rezem-me um *requiescat in pace*.

Maria do Céu Novais de Faria afirma «que não é nada fácil [...] ensinar *Os Lusíadas*, sem Latim» (*Humanitas*, vols. XXI-XXII, pág. 421, Coimbra, 1972).

É notável que sejam precisamente os latinistas encartados os que menos estudos fizeram, em profundidade, da epopeia camoniana. De pouco foram além de aspectos formais.

Outrossim, não são os latinistas os que melhor escrevem o português.

Fiquemos nisto: o latim de há muito foi assimilado pelos grandes clássicos nacionais. Ler e meditar estes, é que nos parece fundamental. Não é compensador, para efeitos de escrever, a primor, a língua portuguesa, sermos versados e conversados em latim. Se assim fosse, os professores de latim, no respeitante à beleza literária, iriam na linha da frente. E será que vão?

O professor de latim é geralmente inclinado à filologia. E, nos liceus, o que deve pretender-se não é ensinar filologia; mas fazer da língua vernácula uma língua funcional. O aluno ou a aprende a falar, a ler e a escrever desembaraçadamente, para proveito da cultura geral, ou por mais latim que saiba fica sempre um tati-bitate!

O Cardeal Saraiva, no vol. IX das suas *Obras Completas*, Lisboa, 1880, traz uma *Memória em que se pretende mostrar que a língua portuguesa não é filha da latina, nem esta foi em tempo algum a língua vulgar dos Lusitanos*.

A ser verdadeira a argumentação do Cardeal, não se justifica, pois, tanto calor na defesa do estudo do latim, para bem se escrever o português.

Quando se pega no texto dum poeta — e do caso se tem abusado com Camões — para o transformar em pretexto para justas gramaticais, o poeta se revolve no sepulcro, indignado, e o gramático a si próprio se está passando diploma de parvo. Todo o mal que ele está fazendo é o de entornar, sobre este, camadas de tédio. Pretender fazê-lo amar, através da gramática, é dar motivo a que o leitor o não *grame*...

Aquilo que devia ser um *estímulo* para o leitor, o gramático o transforma numa fonte de asco.

Gramáticos faizei um exame de consciência, eizei-nos se, realmente, vos não pesa ter transformado a melhor poesia e a melhor prosa em coisas odiosas!

O gramático ensina a fazer poesia e prosa, e todavia, ó céus!, não é capaz de escrever a infável poesia, e trincar-lhe uma pessoa a prosa é o mesmo que rilhar cascalho.

## 10 — Da leitura e comentário de textos poéticos

Keyserling convidou Tagore, o grande poeta indiano, para a sua *Escola da Sabedoria*, talvez porque estava convencido — assim o disse — que «um homem só ensina bem o que para ele tem poesia».

Assim é. Para o funcionário do ensino — que só burocrata é — o ensino é prosa, e da mais charra, porquanto aquilo que ele ensina é coisa que, a seus olhos, não tem poesia.

Educação em profundidade, e com dedadas indeléveis, só o é aquela em que uma personalidade alimenta nos educandos o gosto da personalidade própria. Logo deixa de ser educação ressoante, se o professor (destituído de personalidade) quiser formar discípulos standardizados. Sem professores-personalizados, não é possível fazer cultura viva. Tudo lhe sai morto da boca, porque tudo lhe saiu morto do coração e da inteligência. Não viveram o que aprenderam; como poderão viver aquilo que vão ensinar? São máquinas que recitam conhecimentos, não são almas que se comunicam a outras almas, e, então, como formar personalidades, despertar curiosidades, vertebrar vontades, fazer ganhar o gosto do saber que se há-de transformar em espírito doutros espíritos? Não possuindo o dom humanístico, à maneira terenciana, como poderá formar homens? Apenas formará sombras de homens, homúnculos, quando, afinal, a missão do educador é formar o *homo huma-*

nior, promover a passagem do *humanus* a *humanior*, se nos permitem a repetição pleonástica da mesma ideia.

O professor tem almas, na sua presença. Almas, e não betão-armado. Precisa de possuir argúcia bastante para lhes sondar a natural vocação. Mais do que isso, precisa de as saber situar num contexto social, e, para tanto, deve ser inteligência com preparação filosófica para cosmovisualizar mundo e homem. Ainda não é o bastante: saberá integrar o sector restrito do que ensina numa concepção lógica da Cultura, em que as partes se articulem num todo, de princípio, meio e fim. A sua cultura, constituirá uma síntese, uma cosmovisão, na qual a especialização daquilo que o professor comunica ganhe sentido, tenha ligações inteligentes com o todo. E, no educando, não verá o professor apenas uma cabeça a encher, mas uma inteligência a desenvolver, uma vontade a vertebrar, uma sensibilidade a apurar, um homem inteirinho a formar. Todo o ensino, seja em que especialidade for, não poderá perder de vista a panorâmica de conjunto. Se o professor só sabe da cabeça de alfinete da sua especialidade, nem sequer — passe o paradoxo — essa especialidade saberá. Razão tinha Vítor Duruy, quando aqui há mais de um século, dizia que é preciso ser-se universal em proveito da especialidade: *il faut être universel, au profit de la spécialité*, O médico que apenas sabe medicina sabe, nem sequer medicina sabe, — eis um dito que aí corre, e com muita razão.

O professor tem que ser possuído pelo amor daquilo que ensina. Viverá o que ensina, ensinará o que está vivendo em profundidade. Ensinar deve ser um acto de amor espiritual, dádiva total do mestre aos seus alunos. Importa suprimir abismos entre o docente e o discente.

A tarefa da perfeição é de sempre e sem fim, passe o pleonismo. O professor educa os seus alunos, e deve educar-se ele próprio, a toda a hora. A vocação natural dá muito — mas talvez seja diamante em bruto, havendo necessidade de o ir lapidando permanentemente. Vocação — a própria palavra o diz — é chamada de alguém para alguém, ou para alguma actividade. A chamada implica abertura de alma — abertura de quem chama, abertura de quem é chamado. O aluno, dirigindo-se ao mestre, encontrará essa abertura de alma. O mestre, por sua vez, dirigindo-se aos seus alunos, gostará de os encontrar de espírito aberto, para que entre os dois se possa nascer um *clima* de diálogo criador.

O autêntico professor não é o homem do monólogo, mas

do colóquio, olhos nos olhos dos seus alunos. É um espevitador, e não um ...espectro, uma estátua rígida, uma autoridade no que esta palavra tem de policial, de caserneiro, de pastor, ou rafeiro de rebanho. Tenha que idade tiver, será jovem de alma, diante de almas jovens. Será camarada. Sintoniza-se com a juventude — evitando que esta se transforme em *jumentude*.

Um professor triste é um triste professor. Alegria pede alegria, comunicativa simpatia, capacidade de compreensão da psicologia do educando. Sem perfeita sintonização afectiva entre educador e educando, tudo se passa no mundo do puro formalismo da burocracia do horário rígido, do programa que se cumpre, das faltas que se marcam para esgarçamento.

Entre educador e educando tem de haver comunhão. Vamos mais longe: comunhão poética, humano entendimento, convergência de inefáveis simpatias, jovialidades recíprocas que se entream-se. O professor ajudará o discípulo a formar-se, a humanizar-se, e o discípulo, por sua vez, ajudará o mestre a descer de um pedestal postiço, para se nivelar com a mocidade, todavia sem quebra do mútuo respeito que se devem: o mestre deve respeito ao educando — *maxima reverentia puero debetur* —, e o educando, de seu lado, deve respeito ao mestre. Só a este nível se fará obra construtiva, autêntica educação, que tudo mais é balbúrdia, anarquia na qual todos têm a perder. Fraternidade é, 'porventura, a palavra que melhor traduz o ambiente moral a criar entre o educador e o educando. Para o professor amoroso da sua missão, os alunos não são números de pauta, são almas, e como tais tem de ser tratados.

Todo o educador devia ter sensibilidade poética. Até as ciências aparentemente mais rebeldes à poesia — a matemática, a física, a química, a mineralogia... — até essas lucram com ser ensinadas por mestres que possuam o sentido poético do quê e do como ensinam. Se a matemática, a física, a química, a mineralogia..., para os respectivos professores forem coisas frias, como esperar deles a criação, à volta dessas disciplinas, de um halo de poesia — a poesia que está na descoberta da verdade objectiva, na lúcida ligação das ideias, na invenção de algo de novo, ou até na redescoberta (feita pelos alunos) de leis que eles até aí ignoravam?

O professor que se preza não julga a poesia um luxo, um complemento da educação, uma superfluidade, um atentado contra a verdade, um puro devaneio da imaginação. Nada que se pareça com isso. Educação é preparação para a Vida, e esta não deve ser vivida na clave do estreito pragmatismo, mas na comunhão inte-

gral com o cosmos, onde a poesia — sem negação da verdade, poesia *sui generis* — se encontra esparsa. A poesia é camada de idealismo que envolve a realidade. E sem idealismo, a Vida fica minguada de uma das suas principais dimensões. Fora desse idealismo — tudo cingido a simples utilidades *imediatas* — o homem minimiza-se como homem, animaliza-se.

A estética não vale menos que a ética, menos que a técnica utilitarista, menos que a ciência pura. Esta, aliás, precisamente por ser *pura*, tem muito de estética, por descobrir o esplendor da verdade. A beleza é, essencialmente, formal. A poesia transcende esse conceito de harmonia formal, e nós a podemos encontrar até mesmo onde essa harmonia formal não existe. Quem olhar o mundo — quer o telúrico, quer o humano — com olhos poéticos, será muito mais rico do que quem apenas o considerar *sub specie utilitatis*. A riqueza não há-de medir-se apenas em valores materiais, que aliás não são desprezíveis, uma vez que corpos somos. Deve medir-se também pelos valores espirituais que o homem for capaz de fruir. E quanto a valores espirituais, a poesia está entre os primeiros.

O sábio que tem sensibilidade poética vê mais longe e em maior profundidade do que um outro que tudo haja de ver *more geometrico*. O sábio dotado de sentido poético vê o que os outros vêem, mas acrescenta-lhes um *quid* que transfigura a realidade, e lhe permite entrever algo do que está para lá do periférico, dos simples fenómenos.

Quem possuir o dom poético terá o dom de humanizar a própria realidade mineral, de subjectivar o inanimado, de trazer para a vida interior o sentido grandioso do cosmos. Quem for destituído desse dom, olhará a realidade na atitude de cão de loiça, terá sobre o mundo perspectivas de batráquio ou de suíno.

Se a criança vive em permanente deslumbramento perante as coisas e as criaturas, é porque nela o sentimento poético é congénito. Se, depois, perde esse precioso sentimento, é porque a educação que a escola lhe dá é quase toda ela feita na clave do pragmatismo mais grosseiro. A criança, por via de regra, encontra na escola um ambiente antipoético, e até ouve zombar da poesia, dizendo-se que não é com ela que se pagam dívidas, nem ela que nos garante o pão de corpo. (Mas será que o homem só vive do pão do corpo? E o do espírito não conta? Será este assim tão despreciando, que se possa olhar para ele por cima do ombro? A criança gosta de música: porque lha retiram? Gosta de ouvir recitar poemas: porque lhe lêem apenas prosa utilitária? Aprecia o mistério

dos contos: porque lho furtam? Gosta de teatro que ela própria faça: porque lho não proporcionam? É que os pseudo-educadores sofrem de ancilose, no respeitante à poesia. Essa a resposta, e não outra).

Se o génio é génio, é porque olha o mundo com olhos poéticos. Tem, perante o cosmos a atitude de deslumbrado. Tal como a criança. Daí Claparède ter dito que «o génio é um prolongamento da infância». Prolongamento da infância, no sentido de admirar com olhos virginais, românticos, e não apenas com visão livresca, préfabricada.

A filosofia — disse-o velho Aristóteles — é filha do espanto. Embora caia na racionalização do real, o impulso para ela vem do dom de admirar o mundo dos fenómenos. Assim com a filosofia, assim com a poesia — também ela filha da capacidade de espanto, diante do mistério das coisas. Do poeta é que vem a sair o filósofo. O filósofo é um poeta muito especial, porque, para lá da ciência, continua a apresentar as suas hipóteses muitas delas tidas como «poéticas», de entrada, mas que a ciência, em muitos casos, acaba por contraporar.

Se o professor de português, num trecho poético (seja este de verso rimado ou livre, seja de prosa poética, que a temos aí, em muitos casos, mais bela que certa prosa às tiras), não souber aperceber-se da humanidade que no trecho poético se contiver, melhor fará em ir britar pedra para a beira duma estrada, porque só aí estará bem. Se, apenas, vir, no trecho poético, mero pretexto para torneios gramaticais; se vir apenas, na carne e musicalidade poéticas, simples pretexto para divagações fonéticas, divisão de orações, e coisas que tais, ficou tão distante da sua função artística como nós o estamos de Sirius. A correcção gramatical, certamente, ninguém dirá o contrário, tem sua importância. Não demos bofetadas ou pontapés na gramática. Mas tenhamos presente, bem presente, que o importante — importantíssimo — na página dum escritor é surpreender o que nela exista de vida flagrante, e esta, não o esqueçamos, coincidirá, essencialmente, com o seu valor poético'

Mas se o senhor professor de português tiver a sensibilidade do cimento-armado, se ele próprio não for capaz de transformar vida em poesia, através da literatura (não dizemos literatice e muito menos literatolice), como se poderá considerar à altura da sua missão criadora, que já é criar fazer que os alunos entreadivinhem

a vida na forma literária? Este o problema fundamental no ensino da literatura.

O texto será sempre uma ponte de ligação com a vida — especialmente a vivenciada pelo educando — de contrário a sua leitura será fonte de fastio. Situações como as do texto poético lido talvez os pequenos leitores, os leitores adolescentes, já as tenham experimentado ou surpreendido nas criaturas — pessoas ou animais, e até plantas — da sua intimidade. Relacionar, sobretudo, do ponto de vista afectivo, o texto com as vivências ou observações pessoais do educando, tal deve ser o propósito do mestre de português.

O que não for ler, entender, sentir um poema, nas suas ligações com a vida, é minimizá-lo no seu conteúdo humano. O poema terá de ser lido, entendido, sentido com amor, ou morrerá nos lábios do professor e do aluno.

O poema nada ou pouco dirá ao leitor — mestre ou discípulo —, se rarefeita for a vida interior daquele que o lê. Rarefeita a alma do leitor, vazio se revela o poema, que — passe a aparente contradição — terá muito da dramaticidade que o leitor lhe emprestar. Qualquer poema (passe o exagero) vale o que valer o leitor: os leitores pobres de vivências fazem pobres os poemas ricos de humanidade, os leitores ricos conseguem, às vezes, arrancar algumas pepitas donde parecia não haver sombra de filão.

A leitura dos poemas, em que pareça estranho, deveria ser precedida de frequentes passeios dos educandos por onde quer que houvesse gente vivendo a sua vida quotidiana — rua, praça, oficina, fábrica, hospital, bibliotecas em funcionamento, *ateliers* de artista, lavadeiras à beira-rio, cais de embarque de pessoas, animais e mercadorias, feiras, lojas, trabalhos agrícolas (sementeiras, colheitas, vindimas, lagares) e, a par de tudo isso, os pequenos leitores levariam para a leitura dos poemas boa soma de contemplação das paisagens mais variadas: o mar que vem rebentar à costa, o rio que corre, a ponte que liga uma à outra margem, barcos que nele navegam, a pesca que nele se faz, os banhos que nele se tomam. Só? Ainda o leitor terá sido, previamente, iniciado na contemplação dum pôr-de-sol, num romper de madrugada, na demorada atenção à beleza da mata, do pinhal, da montanha, dos rebanhos que pastam ou que regressam aos currais, no luar que se espelha nas águas, ou entorna a sua farinha sobre

a terra, no espectáculo das cores, no azul do céu, na borrasca iminente ou em flagrante, no chilreio da passara, na música, no diálogo das pessoas em seu viver de todos os dias, nas cerimónias religiosas, nas festas populares... Seria um nunca mais acabar. Sem a alma cheia da vida que entra no leitor por todos os sentidos, o poema lido na aula corre o risco de ser coisa vazia, simples letra impressa, destituída de sentido humano, ou telúrico, sem valor poético, portanto.

E para que o texto poético suba em valor afectivo, será ainda preciso — a última coisa, mas não a menos importante — que a escola se situe em sítio risonho, e que à sua frente estejam mestres, não de férula alçada em programa de bordoadada, mas de sorriso aberto, par receber outros sorrisos abertos. Escola onde se respire e transpire medo, são escolas fechadas — hermeticamente fechadas — para a poesia. A vibração à poesia exige o professor de sensibilidade poética, e lugar onde a poesia se sinta como que na sua própria casa.

Antologias literárias há muitas, mas eleitas poucas. O antologista precisa de ter agudo sentido literário, afinado ouvido musical para a frase poética — no verso ou na prosa —, riqueza de imaginação, vivências profundas. Se não possuir esses requisitos, arrisca-se a encher páginas sobre páginas, que serão, em muitos casos, meras fontes de bocejo.

Não há leitura, há leitores. E, ao organizar-se uma antologia literária, forçoso é que se leve em consideração o nível intelectual e sentimental dos leitores. E criar, depois, clima propício ao entendimento humanístico dos textos é dom que nem todos os mestres de português possuem, e daí, caírem logo — loguinho, como diria um brasileiro — na tourada gramatical, para apanhar de caras o sujeito, o verbo, o predicado e mil complementos de nomes rebarbativos, que não adiantam, de um milímetro, o tal *entendimento humanístico* do trecho lido e comentado.

O mestre de português, mais do que de gramática, saberá da vida de fora e da vida de dentro, será todo auscultação à sua vida interior e à vida do seu semelhante, não olhará a paisagem (em dia chuvoso ou de sol, de primavera ou de outono, ao rebentar ou ao criar da folha) como boneco de trapos. Todo ele será vibração diante das pessoas e das coisas, para transmitir vibração. Com alma vazia de amor, como transmitir ambiente de amor aos textos onde ele pode, por vezes, estar subtilmente oculto?

O trecho será sempre lido, previamente, pelo professor, que, mercê da sua arte de dizer (e ai dele, se a não possui apurada!), saberá tirar partido afectivo do todo, de cada parte, de cada frase, graduando o timbre de voz conforme as exigências do texto, lendo, ora mais rápido, ora mais vagaroso, sabendo aproveitar da sugestão que os silêncios podem dar quando for caso disso, desdobrando-se em personagens se houver diálogo, evitando sistematicamente a monotonia. Todos os matizes psicológicos do contexto serão salientados, pondo o leitor no caso a soma de teatro necessária, para que o trecho não lhe morra na boca, ou não funcione de narcótico... Não se lê um texto — sobretudo quanto for poético — com a pressa de quem vai salvar o pai, da força... O professor, antes de o ler na presença dos seus alunos, já lhe conhecerá todos os passos do andamento, já estará no segredo da sua unidade, e a conclusão logo ele a fará como que entrever a partir das premissas, às quais emprestará todo o significado profundo, humano, estético, intencional que elas contenham.

O professor terá feito, primeiro, a sua leitura silenciosa, logo passará à representação em voz alta, de tal maneira que, no momento de ler o texto, perante a turma, provoque o frémito que o autor, com ele, quis provocar na alma dos ouvintes. Nada de improvisos para o momento. Tudo o professor levará preparadinho, exactamente como o actor, que antes de se apresentar a público, fez os seus cuidadosos ensaios. Não esqueça o professor de português, que ele tem de ser um actor *sui generis*, diante dos seus alunos. Há toda uma arte de dizer de que ele possuirá os mais pequenos segredos, aqueles que lhe possam evitar transformar uma obra-prima numa sensaboria. Sem cambiantes de voz, sem cesuras, sem silêncios, com gestos ridículos — por desapropositados —, talvez o professor mate à nascença pequeninas peças literárias, que poderiam ser óptimos catalisadores do gosto estético. A leitura, feita com arte, é uma recriação do texto poético. E este subirá em valor quanto mais vincada for a personalidade artística do seu leitor. Não há processo de criar clima de viva simpatia pela literatura, da parte dos alunos, senão na medida em que o professor for o mais primoroso dos leitores das pequeninas peças literárias, cujo conteúdo humano, social, bucólico, estético, quizer comunicar. Toda a harmonia, todo o ritmo, toda a riqueza interior do texto, todo o mundo de sugestões, todo o *frisson*, todo o cântico, todo o sentimento que no texto existirem, correrão necessariamente o risco de desfalecer e morrer na língua do leitor, se este ler como

quem prega um prego, ou como quem atira pedradas. A voz do leitor tem de ser voz de embalo de alma e estímulo de emoções poéticas. O que não for isso é tempo ingloriamente perdido.

Feita a leitura do texto, explicitar-lhe o sentido, é, porventura, trabalho fácil, para o professor de boa preparação filosófica, de larga mundividência, de trato íntimo com a Natureza, os homens individualmente ou socialmente considerados, com crianças, com adolescentes, com as obras de arte. Se o professor tiver da vida e suas criaturas, da paisagem e da psicologia flagrante, a *suffisance purement livresque*, se da literatura possuir apenas a seca noção de que é gramática respeitada em rígidos cânones, o trecho poético lhe morrerá no comentário, um comentário todo de feição formalista, a minúcia sobreposta ao todo, a explicação meramente intelectualista desligada do conteúdo afectivo, a palavra à frente da frase, esta à frente do contexto geral. Fará trabalho de dissecação miúda, e sobretudo de feição fonética, morfológica, sintáctica. Supõe o ingénuo professor que é assim, partindo do pormenor analítico, atomístico, que se dará o salto ao todo como peça de princípio, meio e fim. Vai ao arrepio da percepção psicológica, que segue do global para o pormenor, e não do pormenor para o global. A verdade é esta: a vitória pode considerar-se alcançada quando o aluno apanhou o todo, a unidade poética do trecho. Se do argueiro de uma minúcia se fizer o cavaleiro de uma explicação que ocupe a hora inteira da aula, bem podemos afirmar que o professor perdeu o seu latim. Falhou. Os alunos não saíram, da aula, enriquecidos, mas empobrecidos espiritualmente. O professor não conseguiu criar neles um estado de euforia poética, mas apenas um quase imedecável estado de aborrecimento.

Se os alunos *sentiram* o poema na unidade que o constitui, é porque pressentiram o sentido das partes articuladas umas às outras. Entrar na explicação exaustiva do pormenor é matar, porventura, o inefável estado emocional criado pelo conjunto. Se o coração, aliado à inteligência, ou à intuição, entendeu o todo, antes do exame das partes, o texto poético ficará ganhado para o aluno.

Supor que a poesia é feita principalmente de ideias, encadeadas mais ou menos em forma silogística, é o critério do professor de português carecido da antena capaz de captar o inefável que, habitualmente, constitui o tecido poético. Cair na histologia do texto poético, é fazer que ele morra como unidade integral às mãos

do histologista dado a exames microscópicos das partes que formam o todo. Criar um estado de comunhão entre o leitor e o poeta, eis o fundamental. Se a crítica do texto não assentar — e não mantiver esse pressuposto — nada feito, ou tudo mal feito. Surpreender, primeiro, a borboleta poética no seu voo, na arquitectura do seu todo, das suas cores, dos seus poisos, aqui e além, e só depois entrar no exame minucioso da textura da unidade.

Não se diga, como já, por vezes, se tem afirmado, que a obra poética se pode dissociar dos vaivens da sua biografia. Se o professor não der, primeiro, aos seus alunos, o clima biográfico em que Camões, António Nobre, ou José Régio viveram, como ganharão os alunos o entendimento poético das obras deixadas por esses poetas? Como entender, poeticamente, o *Só*, fora da vida dramaticamente impregnada de saudades da pátria que o poeta experimentou em Paris? Como entender, poeticamente, as *Encruzilhadas de Deus e do Diabo*, se não for comunicado aos alunos o drama místico vivido por José Régio, a que ele fez referência na *Confissão dum homem religioso*, de publicação póstuma? Como sentir, poeticamente, a lírica camoniana, fora da sua psicologia de Português amoroso e... amorudo?

Nos contextos poéticos, há sempre metáforas e palavras-chaves, que abrirão a porta ao entendimento poético mais perfeito que o aluno já tinha da sensibilidade do conjunto. Pois será nessas metáforas e nessas palavras-chaves que o professor de português principalmente insistirá, e apelará sobretudo para as capacidades interpretativas do aluno, de maneira a ser este a fazer as suas descobertas pessoais, as únicas, a bem dizer, indeléveis. «Se Deus me desse na sua mão direita — dizia Lessing — a verdade já acabadinha, e na sua mão esquerda a possibilidade de eu a descobrir pelo meu próprio esforço, por esta dádiva eu optaria, e não pela primeira». Aulas em que os alunos são presenças meramente passivas ou receptivas redundam em pura perda. Vamos pelo aproveitamento espiritual dos alunos, e voltamos (ai de nós!) com uma das mãos cheia de nada e com a outra cheia de coisa nenhuma.

O professor não tomará aspectos absorventes, monologantes, mas coloquiais, com os seus alunos, levando estes, quanto possível, a fazer as suas descobertas pessoais. O que não for isso, ou principalmente isso, — será gastar lixívia em cabeça de preto. Será fazer aulas bocejantes, daquelas que escancaram a maxila inferior até ao nível do umbigo.

Não se meta o sapateiro a explicar poesia. E ainda, afinal, há muitos professores de português que, na comunicação de um texto poético, aos seus alunos, não ultrapassaram o mestre-sovela.

Só nos falta dizer que existe aí, da autoria do Prof. Jacinto do Prado Coelho, um precioso livro: *A Educação do Sentimento Poético*, que todos os professores de português devem meditar. Nós, que só esporadicamente demos lições de português, porque a nossa chinela oficial era a da Filosofia, aproximámo-nos, até onde nos foi possível, da doutrina desse formoso livro, e já o estávamos seguindo, mais ou menos, ainda antes de o ler.

*Cruz Malpique*